



GADO BRAVO

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00018/2026

PROCESSO Nº 048/2026

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO 00018/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 048/2026

MODALIDADE: **REGISTRO DE PREÇOS**

CRITÉRIO: **MENOR PREÇO POR ITEM**

LEGISLAÇÃO: **LEI 14.133/2021**

Órgão Realizador do Certame:

PREFEITURA MUNICIPAL DE GADO BRAVO

JOSÉ MARIANO BARBOSA, SN - CENTRO - GADO BRAVO - PB.

CEP: 58492-000 - E-mail: gadobravolicitacao@gmail.com - Tel.: (83) 3347-1820.

O Órgão Realizador do Certame acima qualificado, inscrito no CNPJ 09.074.592/0001-60, doravante **denominado simplesmente ORC** e que neste ato é também o Órgão Gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos do presente registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar através do Pregoeiro, assessorado por sua Equipe de Apoio, sediado no endereço acima, **ÀS 10:00 HORAS DO DIA 05 DE JUNHO DE 2026**, por meio do site abaixo indicado, licitação na modalidade **Pregão nº 00018/2026**, na forma eletrônica, com critério de julgamento menor preço por item, e o fornecimento realizado na forma parcelada; tudo de acordo com este instrumento e em observância a Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.462, de 31 de Março de 2023; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, almejando obter a melhor proposta visando o Registro de Preços para: **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA ATENDER A DEMANDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GADO BRAVO.**

Data de abertura da sessão pública: 05/06/2026. Horário: 10:00 - horário de Brasília.

Data para início da fase de lances: 05/06/2026. Horário: 10:01 - horário de Brasília.

Local: www.licitanet.com.br

1.0.DO OBJETO

1.1.Constitui objeto da presente licitação: **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA ATENDER A DEMANDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GADO BRAVO.**

1.2.As especificações do objeto ora licitado - quantitativo e condições -, encontram-se devidamente detalhadas no correspondente Termo de Referência - Anexo I deste instrumento, onde consta, inclusive, a estimativa consolidada de quantidades máximas a serem eventualmente contratadas pelo ORC.

1.3.O certame visa selecionar a proposta mais vantajosa objetivando formar Sistema de Registro de Preços para contratações futuras, conforme a norma vigente.

1.4.O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, nos termos do Anexo IV e nas condições previstas neste instrumento.



GADO BRAVO

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00018/2026

PROCESSO Nº 048/2026

1.5.O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

1.6.A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.7.O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste instrumento e seus anexos quanto às especificações do objeto.

1.8.A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento convocatório, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, justifica-se: Pela necessidade da devida efetivação de compra para suprir demanda específica – **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA ATENDER A DEMANDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GADO BRAVO** –, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

1.9.Na referida contratação será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos limites previstos da Lei 123/06, consideradas as hipóteses e condições determinadas no Art. 4º, da Lei 14.133/21. Todavia, serão afastados os benefícios estabelecidos nos Arts. 47 e 48, por estarem presentes, de forma isolada ou simultânea, as situações previstas nos Incisos II e III, do Art. 49, todos da Lei 123/06.

1.10.Todas as referências de tempo neste Edital, no respectivo aviso e durante a sessão pública obedecerão o horário de Brasília - DF.

2.0.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

2.1.Informações ou esclarecimentos sobre esta licitação, serão prestados nos horários normais de expediente: das 08:00 as 12:00 horas.

2.2.Qualquer pessoa - cidadão ou licitante - é parte legítima para impugnar o Edital deste certame por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o respectivo pedido, dirigido ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio eletrônico, exclusivamente, da seguinte forma:

2.2.1.No endereço: www.licitanet.com.br.

2.3.O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos ou impugnação no prazo de até três dias úteis, contado da data de seu recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração deste Edital e dos seus anexos.

2.4.A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

2.5.Acolhida a impugnação contra o Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame, observados os prazos fixados na norma vigente.

2.6.As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas em sítio eletrônico oficial do ORC e no sistema, dentro do prazo estabelecido no item 2.3, e vincularão os participantes e a Administração.

3.0.DOS ELEMENTOS PARA LICITAÇÃO

3.1.Aos participantes serão fornecidos os seguintes elementos que integram este Edital para todos os fins e efeitos:



GADO BRAVO

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00018/2026

PROCESSO Nº 048/2026

- 3.1.1.ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – ESPECIFICAÇÕES;
- 3.1.2.ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO – de não empregar menor;
- 3.1.3.ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO – que a proposta compreende a integralidade dos custos;
- 3.1.4.ANEXO IV - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO;
- 3.1.5.ANEXO V - MINUTA DO CONTRATO;
- 3.1.6.ANEXO VI - MODELOS DE DECLARAÇÕES - cumprimento de requisitos normativos;
- 3.1.7.ANEXO VII - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP.
- 3.2.A obtenção do Edital será feita da seguinte forma:
 - 3.2.1.Pelos endereços eletrônicos:
 - 3.2.1.1.www.tce.pb.gov.br;
 - 3.2.1.2.www.licitanet.com.br; e
 - 3.2.1.3.www.gov.br/pncp.
 - 3.3.Salienta-se que é parte integrante do presente instrumento convocatório, na forma de anexo, o correspondente Estudo Técnico Preliminar - ETP, documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução; em atendimento ao requisito de publicidade determinado na norma vigente, que exige a publicação conjunta desses estudos com o respectivo Edital para garantir plena transparência e competitividade.

4.0.DO SUPORTE LEGAL

4.1.Esta licitação reger-se-á pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.462, de 31 de Março de 2023; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; que ficam fazendo partes integrantes deste Edital, independente de transcrição.

5.0.DO PRAZO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1.O prazo máximo para a execução do objeto ora licitado, conforme suas características e as necessidades do ORC, e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado a partir da emissão do Pedido de Compra:

Entrega: 05 (cinco) dias.

5.2.O fornecimento será executado de acordo com as especificações definidas no correspondente Termo de Referência - Anexo I. Na hipótese do referido termo não estabelecer o local para a entrega, observada a demanda e oportunidade, essa será feita na sede do Contratante ou em uma das unidades administrativas, por ele indicada, que compõe a sua estrutura operacional.

5.3.O prazo de vigência do correspondente contrato será determinado: **12 (doze) meses**, considerado da data de sua assinatura; podendo ser prorrogado, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

5.4.As despesas decorrentes do objeto deste certame, correrão por conta da seguinte dotação:

Recursos não Vinculados de Impostos: **02.002–GABINETE DO PREFEITO – 02002.04.122.2001.2002 – MANTER AS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO – 02.003–SECRETARIA DE ADMINISTRACAO – 02003.04.122.2001.2003 – COORDENAR E MANTER AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS – 02.004–SECRETARIA DE FINANÇAS – 02004.04.123.2001.2005 – MANTER AS ATIVIDADES FINANCEIRAS – 02.006 – SECRETARIA DE EDUCACAO – 02006.12.361.1005.2010 – MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL – MDE – 02.007–SECRETARIA DE AGRICULTURA – 02007.20.122.1007.2017 – MANTER AS ATIVIDADES DO SETOR AGRÍCOLA –**



GADO BRAVO

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO

*Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria*

PREGÃO ELETRÔNICO 00018/2026

PROCESSO Nº 048/2026

02.010–SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA – 02010.15.122.1003.2020 – MANTER AS ATIVIDADES DE INFRAESTRUTURA – 05.005 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – 05005.10.301.1004.2022 – MANTER AS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – 05005.10.304.1004.2032 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE – 08.008–FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL – 08008.08.244.1008.1026 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A ASSISTÊNCIA SOCIAL – 08008.08.244.1008.2033 – MANTER AS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA – 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO.

5.5.Quando a validade da Ata de Registro de Preços ultrapassar o exercício financeiro atual, as despesas decorrentes de eventuais contratações futuras, correrão por conta das respectivas dotações previstas no orçamento do exercício financeiro posterior.

5.6.A dotação relativa a exercícios financeiros subsequentes, quando for o caso, será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação do crédito correspondente, podendo ser realizada mediante apostilamento.

6.0.DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1.A licitação será realizada à distância e em sessão pública, por meio do sistema disponível no endereço eletrônico: www.licitanet.com.br.

6.2.Deverão ser observadas as normas e procedimentos estabelecidos pelo provedor do sistema, disponíveis no referido sítio eletrônico para acesso ao sistema e operacionalização.

6.3.Caberá ao licitante interessado em participar deste certame, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão; e comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6.4.A participação neste certame é aberta a quaisquer interessados, inclusive as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos da legislação vigente.

6.5.Não poderão participar os interessados:

6.5.1.Que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

6.5.2.Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

6.5.3.Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

6.5.4.Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

6.5.5.Cujo estatuto ou contrato social não incluir o objeto desta licitação; e

6.5.6.Que se enquadrem nas vedações previstas no Art. 14º, da Lei 14.133/21.

6.6.O presente Edital não possibilitará a participação das pessoas físicas.

6.7.É vedada a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio: As regulares dimensão e complexidade do objeto desta contratação bem como as circunstâncias concretas do mercado correspondente, não requerem a associação entre proponentes, haja vista a existência de inúmeras empresas aptas a preencherem as condições específicas exigidas no presente certame. Nesse contexto, entende-se que a formação de consórcios acarretaria risco da dominação de mercado, através de pactos para eliminar a competição, reduzindo o universo da disputa, podendo retratar na composição entre eventuais interessados, que em vez de estabelecerem disputa entre si, formalizariam acordo, na figura do consócio, para suprimir a concorrência no processo, prejudicando, em última análise, a obtenção de proposta mais vantajosa.

6.8.Não será permitida a participação de sociedades cooperativas.



GADO BRAVO

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO

*Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria*

PREGÃO ELETRÔNICO 00018/2026

PROCESSO Nº 048/2026

6.9.GARANTIA DE PROPOSTA: O licitante deverá atender ao requisito abaixo e o respectivo comprovante encaminhado por meio do sistema eletrônico, quando solicitado pelo Pregoeiro, como requisito de pré-habilitação:

6.9.1.Comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, no valor equivalente a R\$ 11.111,95. Essa comprovação terá como referência o momento de apresentação da proposta, portanto, o prazo máximo para a "prestação" da referida garantia é **até a data e o horário previstos para abertura da sessão pública desta licitação.** Encerrada a etapa de envio de lances e após a avaliação da conformidade da proposta, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, o referido comprovante deverá ser encaminhado por esse proponente no prazo de 2 (duas) horas, contado da solicitação do Pregoeiro. Caberá ao licitante optar por uma das seguintes modalidades de garantia: a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente; b) seguro garantia; c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil; d) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal. A referida garantia, quando na modalidade caução em dinheiro, deverá ser depositada na seguinte conta: Titular - Prefeitura municipal Gado Bravo-PB - Cauções, Banco - Bando do Brasil. Agência – 5781. Conta Corrente – 261518 {depósitos ou transferências identificadas, não serão aceitos pagamentos via pix}.

6.9.2. Seguro garantia: O licitante deverá apresentar, juntamente com a apólice do Seguro-Garantia da Proposta, o comprovante de pagamento do respectivo prêmio sob pena de inabilitação. Não será aceita apólice emitida sem a comprovação do efetivo pagamento do prêmio, considerando que tal condição é indispensável para a validade, eficácia e exequibilidade do seguro-garantia. A ausência do comprovante de pagamento do prêmio ou a apresentação de documento que não comprove o efetivo recolhimento junto à seguradora ensejará a inabilitação do licitante, por descumprimento das exigências editalícias (Fundamentação legal Lei 14.133/21 - DOS PRINCÍPIOS, Art. 5º - Princípio da vinculação ao edital; Art. 11, inciso I).

6.9.3. O comprovante de pagamento do prêmio da apólice, quando a garantia da proposta for apresentada sob essa modalidade, deverá ser encaminhado obrigatoriamente no momento do envio da proposta, constituindo documento essencial à sua validade.

6.9.3.1.A ausência do referido comprovante no momento oportuno NÃO poderá ser suprida por diligência, uma vez que, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021, é vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

6.9.3.2.Ademais, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, as diligências destinam-se exclusivamente a esclarecer ou complementar informações já apresentadas, sendo expressamente vedada a inclusão posterior de documentos essenciais, razão pela qual a não apresentação do comprovante de pagamento do prêmio da apólice ensejará a desclassificação da proposta.

6.9.4. A exigência de apresentação do comprovante de pagamento do prêmio do seguro-garantia da proposta fundamenta-se na necessidade de assegurar a efetiva validade e exigibilidade da garantia apresentada, em observância aos princípios da segurança jurídica, vinculação ao instrumento convocatório, isonomia, interesse público e eficiência administrativa, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021. Ainda, prevista no Art. 11, inciso I. O simples envio da apólice, desacompanhado da comprovação do pagamento do prêmio, não assegura que a garantia esteja vigente e eficaz, podendo caracterizar mero documento sem qualquer respaldo, o que comprometeria a proteção da Administração Pública contra a retirada injustificada da proposta ou descumprimento das obrigações assumidas pelo citante. Dessa forma, a exigência visa garantir que o seguro-garantia esteja plenamente constituído, ativo e apto a produzir seus efeitos legais, preservando o interesse público



SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00018/2026

PROCESSO Nº 048/2026

e evitando riscos à execução regular do certame. Sendo assim, apólice sem pagamento comprovado não produz efeitos jurídicos e pode ser cancelada a qualquer tempo pela seguradora.

6.10.1.1. A garantia de proposta será devolvida ao licitante no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação;

6.10.1.2. A garantia deve ter a vigência de 12 meses de validade;

6.10.1.3. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação;

6.10.1.4. Não sendo comprovado o recolhimento da correspondente quantia a título de garantia de proposta conforme as disposições deste item, inclusive se for realizado posteriormente a data e o horário previstos para abertura da sessão pública desta licitação, a respectiva proposta será desclassificada.

7.0.DO CREDENCIAMENTO

7.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no sistema eletrônico de disputa à distância utilizado pelo ORC, acessando o seguinte endereço eletrônico: www.licitanet.com.br.

7.2. Os interessados deverão atender às condições e procedimento constantes do referido site, cujo credenciamento implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.

7.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados, diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema eletrônico ou do ORC por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no referido sistema e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.0.DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

8.1. Na presente licitação, **a fase de habilitação antecederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento**, nos termos do Art. 17, § 1º, da Lei 14.133/21. Portanto os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, simultaneamente os documentos de HABILITAÇÃO e a PROPOSTA com o preço, observado o disposto neste Edital quanto a documentação exigida para fins de habilitação.

8.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, relativamente às declarações necessárias e obrigatórias, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei 14.133/21; tais como:

8.2.1. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.



GADO BRAVO

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00018/2026

PROCESSO Nº 048/2026

8.2.2. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do Art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

8.2.3. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos Incisos III e IV, do Art. 1º e no Inciso III, do Art. 5º da Constituição Federal.

8.2.4. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em Lei e em outras normas específicas.

8.3.O licitante enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º, da Lei 123/06, estando apto a usufruir do tratamento favorecido previsto em seus Arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º, do Art. 4º, da Lei 14.133/21:

8.3.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item; e

8.3.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei 123/06, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.4. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.5. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

8.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas finais, após a fase de envio de lances.

8.7. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

8.7.1.A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

8.7.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem anterior.

8.8.O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

8.9.O valor final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o ORC, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

8.10. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

8.11.O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8.12.A falsidade de declaração relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei 14.133/21, e neste Edital. A Comissão poderá promover diligência destinada a esclarecer as informações declaradas.

9.0.DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

9.1.O licitante deverá enviar sua **PROPOSTA** mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, de todos os campos necessários e obrigatórios para o exame de forma objetiva da sua real adequação e exequibilidade, tais como:

9.1.1.Valor unitário do item: expresso em moeda corrente nacional;



GADO BRAVO

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00018/2026

PROCESSO Nº 048/2026

- 9.1.2.Quantidade: conforme fixada no Termo de Referência - Anexo I;
- 9.1.3.Marca: se for da própria empresa deverá ser informado "própria";
- 9.1.4.Descrição do objeto: contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência - Anexo I.
- 9.2.Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.
- 9.3.Será cotado um único preço para cada item, com a utilização de duas casas decimais.
- 9.4.A quantidade de unidade a ser cotada está fixada no Termo de Referência - Anexo I:
- 9.4.1.O Licitante não poderá ofertar proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação, indicado na coluna "quantidade" do referido termo de referência.
- 9.5.A indicação de "própria" em campo específico, como por exemplo "marca", para o caso de bens produzidos pela própria empresa, é condição para a não identificação do licitante.
- 9.6.A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe este Edital e seus anexos, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 9.7.No valor proposto estará incluso todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 9.8.Não será admitida a previsão de preços diferentes em decorrência do local de entrega do objeto da presente contratação, mesmo quando distintos; ou em razão da forma e do local de acondicionamento; ou por qualquer outro motivo.
- 9.9.O preço ofertado, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 9.10.Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 9.11.Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 9.12.Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.
- 9.13.As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico e **qualquer elemento que possa identificar o licitante importa desclassificação da proposta** correspondente, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.0.DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 10.1.A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 10.2.Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública:
- 10.2.1.Será desclassificada a proposta que identifique o licitante;
- 10.2.2.A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;
- 10.2.3.A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 10.3.O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.



GADO BRAVO

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO

*Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria*

PREGÃO ELETRÔNICO 00018/2026

PROCESSO Nº 048/2026

- 10.4.O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 10.5.Iniciada a fase competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro:
- 10.5.1.O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 10.6.Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 10.7.O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema:
- 10.7.1.O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**.
- 10.8.Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema:
- 10.8.1.O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível;
- 10.8.2.O Pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo desse processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema. Eventual exclusão de proposta do licitante implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.
- 10.9.Será adotado para o envio de lances neste certame o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 10.10.A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 10.11.A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 10.12.Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 10.13.Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações:
- 10.13.1.Após o reinício previsto no item acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 10.14.Encerrada a etapa de que trata o subitem anterior, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente.
- 10.15.Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 10.16.Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 10.17.No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 10.18.Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 10.19.Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 10.20.Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte

participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos Arts. 44 e 45, da Lei 123/06.

10.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até cinco por cento acima da melhor proposta ou do melhor lance, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de cinco minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

10.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de cinco por cento, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.

10.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais, não seguidas de lances.

10.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no Art. 60, da Lei 14.133/21, nesta ordem:

10.26.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

10.26.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei 14.133/21;

10.26.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

10.26.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.27. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens produzidos por:

10.27.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do ORC;

10.27.2. Empresas brasileiras;

10.27.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

10.27.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/09.

10.28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento:

10.28.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

10.28.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

10.28.3. Concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos os licitantes e registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo;

10.28.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a sua **proposta atualizada**, adequada ao último lance ofertado e após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados;

10.28.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente.



GADO BRAVO

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO

*Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria*

PREGÃO ELETRÔNICO 00018/2026

PROCESSO Nº 048/2026

10.29. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no sistema a nova data e horário para a sua continuidade, observado o intervalo mínimo de vinte e quatro horas.

10.30. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de julgamento da proposta.

11.0. DA FASE DE JULGAMENTO

11.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço final em relação ao estipulado para contratação, conforme definido neste Edital.

11.2. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio do sistema, no prazo de **2 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta:

11.2.1. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente;

11.2.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam os que contenham as características do produto ofertado, tais como marca, modelo, fabricante e procedência, encaminhados por meio do sistema eletrônico, ou, quando indicado pelo Pregoeiro, por outro meio eletrônico, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

11.3. Será desclassificada a proposta vencedora que:

11.3.1. Contiver vícios insanáveis;

11.3.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência - Anexo I;

11.3.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

11.3.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

11.3.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

11.3.6. Não comprovar, quando solicitado pelo Pregoeiro recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, nos termos do item 6.10 deste Edital.

11.4. É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pelo ORC; em tal situação, não sendo possível a imediata confirmação, será dada ao licitante a oportunidade de demonstrar a sua exequibilidade, sendo-lhe facultado o prazo de **24 (vinte e quatro) horas** para apresentar, por meio do sistema eletrônico, a documentação que comprove a viabilidade da proposta:

11.4.1. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente;

11.4.2. A inexequibilidade, nessa hipótese, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

11.4.2.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

11.4.2.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.4.3. Salienta-se que tais ocorrências não desclassificam automaticamente a proposta, apenas o item correspondente.

11.5. O Pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação.

11.6. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão pública inclusive para a realização de diligências com vistas ao saneamento de eventuais erros e falhas das propostas. Em qualquer hipótese, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência e a ocorrência será registrada em ata.



GADO BRAVO

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00018/2026

PROCESSO Nº 048/2026

11.7. Encerrada a fase de julgamento, após verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação, o Pregoeiro verificará a documentação de habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital. Antes, porém, como requisito de pré habilitação, será solicitado ao licitante provisoriamente vencedor a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, nos termos do item 6.10 deste Edital.

12.0. DA HABILITAÇÃO

12.1. Os documentos previstos neste instrumento, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, conforme as disposições dos Arts. 62 a 70, da Lei 14.133/21.

12.2. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de **HABILITAÇÃO**:

12.3. PESSOA JURÍDICA:

12.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ.

12.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

12.3.3. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br. No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores. No caso de filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz. Em se tratando de sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil. Salienta-se que os documentos relacionados neste subitem deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.3.4. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais (DRE, DFC, DMPL, Notas Explicativas e os Índices contábeis). Os referidos documentos limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de dois anos. As pessoas jurídicas criadas no exercício financeiro desta licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. Acompanhado da DHP da declaração do Contador e Carteira do Contador com foto.

12.3.5. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União



SETOR DE CONTRATAÇÃO

*Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria*

PREGÃO ELETRÔNICO 00018/2026

PROCESSO Nº 048/2026

– DAU por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora–Geral da Fazenda Nacional.

12.3.6.Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal da sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, mediante apresentação de certidão negativa, ou outro equivalente, na forma da lei.

12.3.7.Comprovação de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, apresentando o respectivo Certificado de Regularidade fornecido pela Caixa Econômica Federal.

12.3.8.Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, nos termos do Título VII–A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto–Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, juntamente com as CNDT's dos sócios da empresa.

12.3.9.Declaração do licitante atestando que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, podendo existir menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz, nos termos do Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme modelo – Anexo II.

12.3.10.Declaração do licitante, sob pena de desclassificação, de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme modelo – Anexo III.

12.3.11. Certidão negativa de feitos sobre falência e de execução fiscal, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, no máximo 30 (trinta) dias da data prevista para abertura das propostas.

12.3.12.Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica expedida pelo Tribunal de Contas da União, no máximo 30 (trinta) dias da data prevista para abertura das propostas, no endereço eletrônico: www.tcu.gov.br.

12.3.13.Comprovação do cumprimento de requisitos normativos, conforme modelos - Anexo VI:

12.3.13.1.Declaração de ciência dos termos do Edital;

12.3.13.2.Declaração de inexistir fato impeditivo;

12.3.13.3.Declaração de não possuir no quadro societário servidor da ativa do ORC;

12.3.13.4.Declaração de não utilizar trabalho degradante ou forçado;

12.3.13.5.Declaração de cumprimento da reserva de cargo para deficiente e de acessibilidade; e

12.3.13.6.Declaração de observância do limite de contratação com a Administração Pública.

12.4. Comprovação de aptidão para a prestação de fornecimento similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

12.4.1. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato;



SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00018/2026

PROCESSO Nº 048/2026

12.4.2 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi realizada a entrega;

12.4.3. O atestado deverá conter, além do nome do atestante, endereço e telefone da pessoa jurídica, ou qualquer outra forma de que a Prefeitura Municipal de Gado Bravo - PB, possa valer-se para manter contato com a empresa declarante;

12.4.4. A Prefeitura Municipal de Gado Bravo - PB, se reserva o direito de realizar diligências para comprovar a veracidade dos atestados, podendo requisitar cópias dos respectivos Contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado;

12.4.5. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

12.5. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, contado da solicitação do Pregoeiro, prorrogável por igual período, nas seguintes situações:

12.5.1. Por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro; ou

12.5.2. De ofício, a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.

12.6. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor:

12.6.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal constantes deste Edital, somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

12.7. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.8. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

12.8.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

12.8.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

12.9. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observados o prazo e os termos definidos neste instrumento para o envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado:

12.9.1. Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídos eventuais procedimentos da Comissão de Contratação, para sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e a sua validade jurídica, observadas as disposições deste Edital.

12.10. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, observando-se o seguinte procedimento:

12.10.1. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação nesta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, dentre os documentos enumerados neste instrumento para efeito de habilitação, mesmo que esta apresente alguma restrição;

12.10.2. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista quando da comprovação de que trata o subitem anterior, será assegurado prazo de cinco dias úteis, prorrogável por



GADO BRAVO

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO

*Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria*

PREGÃO ELETRÔNICO 00018/2026

PROCESSO Nº 048/2026

igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

12.10.3. Para aplicação do disposto no subitem anterior, o prazo para regularização fiscal e trabalhista será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação. A prorrogação desse prazo poderá ser concedida, a critério do Pregoeiro, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa;

12.10.4. A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após o prazo de regularização fiscal e trabalhista de que tratam os dois subitens anteriores;

12.10.5. A não regularização da documentação, no prazo acima previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 156, da Lei 14.133/21, sendo facultado ao ORC convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação;

12.10.6. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

12.11. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos, mediante apresentação dos documentos originais não digitais, quando houver alguma dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

12.12. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos:

12.12.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.13. Os documentos exigidos para fins de habilitação no certame deverão ser organizados na ordem descrita neste instrumento, precedidos por índice correspondente, apresentados em original; ou por cópia autenticada por cartório competente, ou pelo Pregoeiro, ou por membro da Equipe de Apoio ou da Comissão de Contratação; ou publicação em órgão da imprensa oficial. Estando perfeitamente legíveis, sem conter borrões, rasuras, emendas ou entrelinhas e dentro do prazo de validade, considerado o disposto neste Edital. A eventual ausência do referido índice não inabilitará o licitante, sendo que:

12.13.1. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante os agentes do ORC relacionados no item anterior, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

12.13.2. Quando o documento for obtido via Internet sua autenticidade será comprovada no endereço eletrônico nele indicado;

12.13.3. Poderá ser utilizada, a critério do Pregoeiro, a documentação cadastral de fornecedor, constante dos arquivos do ORC, para comprovação da autenticidade de elementos apresentados pelo licitante.

12.14. Na análise dos documentos de habilitação, a Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

12.15. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão pública inclusive para a realização de diligências com vistas ao saneamento de eventuais erros e falhas dos documentos de habilitação apresentados. Em qualquer hipótese, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência e a ocorrência será registrada em ata.

13.0. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

13.1. A proposta final do licitante declarado vencedor - **proposta atualizada** - deverá ser encaminhada no prazo de **2 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, e deverá:

13.1.1. Ser elaborada em consonância com as especificações constantes deste Edital e seus Anexos, redigida em língua portuguesa e impressa em uma via em papel timbrado do proponente, quando for o



GADO BRAVO

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO

*Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria*

PREGÃO ELETRÔNICO 00018/2026

PROCESSO Nº 048/2026

caso, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas; datada e assinada pelo licitante ou seu representante legal, com indicação: do valor global da proposta; do prazo de entrega; das condições de pagamento; e da sua validade;

13.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

13.1.3. Estar adequada ao último lance ofertado e a negociação realizada, acompanhada, dos documentos complementares eventualmente solicitados, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

13.2. Será cotado um único preço para cada item, com a utilização de duas casas decimais, sendo que, nesse último caso, a indicação em contrário está sujeita a correção, observando-se aos seguintes critérios:

13.2.1. Falta de dígitos: serão acrescidos zeros;

13.2.2. Excesso de dígitos: sendo o primeiro dígito excedente menor que cinco, todo o excesso será suprimido, caso contrário haverá o arredondamento do dígito anterior para mais e os demais excedentes suprimidos.

13.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o preço unitário e o total em algarismos e o valor global da proposta em algarismos e por extenso:

13.3.1. Existindo discrepância entre o preço unitário e total, resultado da multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário prevalecerá;

13.3.2. No caso de divergência entre o valor numérico e o expresso por extenso, prevalecerá o valor expresso por extenso;

13.3.3. Fica estabelecido que havendo divergência de preços unitários para um mesmo produto, prevalecerá o de menor valor.

13.4. A proposta obedecerá aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

13.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado.

13.6. No valor proposto estará incluso todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens; inclusive a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

13.7. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção ao Contratado:

13.7.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

13.8. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

13.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de seu encaminhamento.

14.0. DOS RECURSOS

14.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no Art. 165, da Lei 14.133/21.

14.2. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, que no presente certame será de **10 (dez) minutos**, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema eletrônico, manifestar sua intenção de recorrer.



GADO BRAVO

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO

*Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria*

PREGÃO ELETRÔNICO 00018/2026

PROCESSO Nº 048/2026

14.3.Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

14.3.1.A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

14.3.2.O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

14.4.O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.5.As razões do recurso deverão ser apresentadas, exclusivamente, da seguinte forma:

14.5.1.Em campo próprio do sistema eletrônico.

14.6.O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso com a sua manifestação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.7.Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.8.O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.9.O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.10.O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.11.Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no seguinte sítio: www.licitanet.com.br.

15.0.DA HOMOLOGAÇÃO

15.1.Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

15.1.1.Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

15.1.2.Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

15.1.3.Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

15.2.4.Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

16.0.DO CONTRATO

16.1.Após a homologação pela autoridade superior do ORC, o licitante vencedor será convocado para, dentro do prazo de 05 (cinco) dias consecutivos da data de recebimento da notificação, e nas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, assinar o respectivo contrato, podendo o mesmo sofrer alterações nos termos definidos pela Lei 14.133/21:

16.1.1.O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração;

16.1.2.A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor ORC:

16.1.2.1.A regra do subitem anterior não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma estabelecida neste dispositivo;

16.1.3.Decorrido o prazo de validade da proposta indicado neste Edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.



GADO BRAVO

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO

*Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria*

PREGÃO ELETRÔNICO 00018/2026

PROCESSO Nº 048/2026

16.2. Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a Ata de Registro de Preços ou a contratação, ou instrumento hábil, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei 14.133/21, e em outras legislações aplicáveis.

16.3. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação de todas as condições de habilitação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo Contratado durante a vigência do referido contrato.

16.4. O contrato que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21; e o fornecimento realizado de forma parcelada.

16.5. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

16.6. Garantia da contratação:

16.6.1. Conforme as disposições dos autos do presente certame, não será exigida a garantia da contratação de que tratam os Arts. 96 e seguintes, da Lei 14.133/21.

17.0. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. Formalização e Cadastro de Reserva:

17.1.1. Após a homologação do certame, serão registrados na Ata de Registro de Preços, os preços e os quantitativos do adjudicatário, observado o disposto neste Edital; e será incluído na referida ata, na forma de anexo, o registro:

17.1.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

17.1.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

17.1.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados:

17.1.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste subitem não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado;

17.1.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

17.1.3. A habilitação dos licitantes que comporão o Cadastro de Reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

17.1.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos neste Edital; ou

17.1.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas neste Edital.

17.1.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista neste Edital, poderá:

17.1.4.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
17.1.4.2. Adjudicar e firmar a contratação nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

17.2. Assinatura:

17.2.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias consecutivos, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/21.

17.2.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado convocado, desde que:

17.2.2.1. A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

17.2.2.2. A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

17.2.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência - Anexo I deste instrumento, devidamente homologados, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do correspondente item, a respectiva quantidade, preço registrado e demais condições.

17.2.4. O preço registrado, com a indicação do fornecedor, será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP e disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

17.2.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

17.2.6. Na hipótese de o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do Cadastro de Reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

17.3. Vigência:

17.3.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

17.3.2. O prazo de vigência do correspondente contrato será determinado: 12 (doze) meses, considerado da data de sua assinatura; podendo ser prorrogado, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

17.3.3. A presente Ata de Registro de Preços poderá ter seus quantitativos prorrogada de acordo com os Arts. 84 e 104, da Lei 14.133/2021, Parecer nº 00075/2024/DECOR/CGU/AGU, TCE-PE – Acórdão 2.259/2025, TCE-SC – Decisão 913/2025 (consulta), TCU – Acórdão 1374/2024, PGE / Parecer Referencial (Amapá).

17.4. Vedação a acréscimos de quantitativos:

17.4.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na Ata de Registro de Preços.

17.5. Controle e gerenciamento:

17.5.1. O controle e o gerenciamento das Atas de Registro de Preços serão realizados por meio de procedimentos de gestão de atas, quanto a:

17.5.1.1. Os quantitativos e os saldos; e

17.5.1.2. As solicitações de adesão.



GADO BRAVO

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO

*Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria*

PREGÃO ELETRÔNICO 00018/2026

PROCESSO Nº 048/2026

17.6. Alteração ou atualização dos preços registrados:

17.6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do bem registrado, nas seguintes situações:

17.6.1.1. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

17.6.1.2. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21; ou

17.6.1.3. Na hipótese de reajustamento sobre os preços registrados, prevista neste instrumento, nos termos do disposto na Lei 14.133/21.

17.7. Negociação de preços registrados:

17.7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado:

17.7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas;

17.7.1.2. Na hipótese prevista no subitem anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto neste instrumento;

17.7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos termos do disposto neste instrumento, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa;

17.7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto neste instrumento.

17.7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso:

17.7.2.1. Para fins do disposto no subitem anterior, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas. Na hipótese de comprovação dessa ocorrência, o órgão gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado;

17.7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo gerenciador e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto neste instrumento, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei 14.133/21, e na legislação aplicável;

17.7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto neste instrumento;

17.7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos termos do disposto neste instrumento, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa;

17.7.2.5. O órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto neste instrumento.



GADO BRAVO

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO

*Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria*

PREGÃO ELETRÔNICO 00018/2026

PROCESSO Nº 048/2026

18.0.DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DO PREÇO REGISTRADO

18.1.Cancelamento do registro do fornecedor:

18.1.1.O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador, quando o fornecedor:

18.1.1.1.Descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

18.1.1.2.Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

18.1.1.3.Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista neste instrumento; ou

18.1.1.4.Sofrer sanção prevista nos Incisos III ou IV, do caput do Art. 156, da Lei 14.133/21. Nessa hipótese, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, o órgão gerenciador poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

18.1.2.O cancelamento do registro nas hipóteses previstas neste item será formalizado por despacho do órgão gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

18.1.3.Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

18.2.Cancelamento dos preços registrados:

18.2.1.O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada Ata de Registro de Preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

18.2.1.1.Por razão de interesse público;

18.2.1.2.A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

18.2.1.3.Se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto neste instrumento.

19.0.DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDOR REGISTRADO

19.1.Formalização:

19.1.1.A contratação com o fornecedor registrado na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por meio de instrumento hábil, na forma definida neste Edital, conforme as disposições constantes do Art. 95, da Lei 14.133/21.

19.1.2.O instrumento de que trata o subitem anterior, será assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

19.2.Alteração do contrato:

19.2.1.O contrato eventualmente decorrente da ata poderá ser alterado, observado o disposto no Art. 124, da Lei 14.133/21.

19.3.Vigência do contrato:

19.3.1.A vigência do respectivo contrato será a estabelecida neste Edital, observadas as disposições do Art. 105, da Lei 14.133/21.



GADO BRAVO

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00018/2026

PROCESSO Nº 048/2026

20.0.DO GERENCIAMENTO DO SISTEMA

20.1.Competências:

20.1.1.A administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços, decorrentes do presente certame, serão do ORC, através do Departamento de Compras, atuando como órgão gerenciador do sistema de registro de preços, ao qual compete, em especial:

20.1.1.1.Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

20.1.1.2.Conduzir as negociações para alteração ou atualização dos preços registrados; e

20.1.1.3.Aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento deste certame.

21.0.DO ÓRGÃO OU DA ENTIDADE PARTICIPANTE

21.1.Competências:

21.1.1.O órgão ou a entidade participante é responsável por manifestar seu interesse em participar do registro de preços, ao qual compete, em especial:

21.1.1.1.Tomar conhecimento da Ata de Registro de Preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;

21.1.1.2.Assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, de que a contratação a ser realizada atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados;

21.1.1.3.Zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas pelo fornecedor e pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou de obrigações contratuais; e

21.1.1.4.Prestar as informações solicitadas pelo órgão gerenciador do sistema de registro de preços quanto à contratação e à execução da demanda destinada ao seu órgão ou à sua entidade.

22.0.DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

22.1.A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada:

22.1.1.Pelo ORC, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle da Ata de Registro de Preços, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.

22.2.O usuário da ata, sempre que desejar efetivar a contratação do objeto registrado, fará através de solicitação ao gerenciador do sistema de registro de preços, mediante processo regular.

23.0.DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE

23.2.1.Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano.

23.2.2.Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

23.2.3.Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



GADO BRAVO

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO

*Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria*

PREGÃO ELETRÔNICO 00018/2026

PROCESSO Nº 048/2026

23.2.4.No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

23.2.5.Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

23.2.6.Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

23.2.7.Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

23.2.8.O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

23.2.9.O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

24.0.DA COMPROVAÇÃO DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

24.1.Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

24.2.Serão designados pelo ORC representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do respectivo contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

25.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

25.1.Obrigações do Contratante:

25.1.1.Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis;

25.1.2.Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste;

25.1.3.Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais;

25.1.4.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo V.

25.2.Obrigações do Contratado:

25.2.1.Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;



SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00018/2026

PROCESSO Nº 048/2026

25.2.2. Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento;

25.2.3. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante;

25.2.4. Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo contratação direta por Dispensa de Licitação, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;

25.2.5. Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente participou do certame e consequentemente apresentou a documentação exigida na fase de habilitação;

25.2.6. Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes;

25.2.7. Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo V.

26.0. DO PAGAMENTO

26.1. O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo ORC, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

26.2. O desembolso máximo do período, não será superior ao valor do respectivo adimplemento, de acordo com o cronograma aprovado, quando for o caso, e sempre em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros.

26.3. Nenhum valor será pago ao Contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimo de qualquer natureza.

26.4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

27.0. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

27.1. O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso



GADO BRAVO

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO

*Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria*

PREGÃO ELETRÔNICO 00018/2026

PROCESSO Nº 048/2026

injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

27.2. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

28.0.DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

28.1. As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste certame ou do termo de ajuste que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

28.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.

28.3. É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

28.4. Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo V.

29.0.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

29.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

29.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

29.3. Todas as referências de tempo no Edital, nos seus anexos, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

29.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

29.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse do ORC, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



SETOR DE CONTRATAÇÃO

*Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria*

PREGÃO ELETRÔNICO 00018/2026

PROCESSO Nº 048/2026

29.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o ORC não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

29.7. Para todos os efeitos, na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no ORC.

29.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

29.9. Em caso de divergência entre disposições do Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as do Edital.

29.10. O Edital e seus anexos também estão disponibilizados na íntegra no endereço eletrônico: www.licitanet.com.br; no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP; e poderão ser lidos, e quando for o caso obtidos, mediante processo regular e observados os procedimentos definidos pelo ORC, no endereço: Rua José Mariano Barbosa, SN - Centro - Gado Bravo - PB, nos horários normais de expediente: das 08:00 as 12:00 horas; mesmo endereço e horário nos quais os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

29.11. Para dirimir eventuais controvérsias decorrentes deste certame, excluído qualquer outro, o foro competente é o da Umbuzeiro, Estado da Paraíba.

Gado Bravo - PB, 05 de Maio de 2026.

ASSINADO NO ORIGINAL

WALESKA KETULY GOMES SOARES
Secretária Municipal de Administração

**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00018/2026**PROCESSO Nº 048/2026**

ANEXO I - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00018/2026

TERMO DE REFERÊNCIA - TR

1.0 INTRODUÇÃO:

O termo de referência é o documento produzido na fase de planejamento de contratações de bens e serviços, a fim de especificar o objeto escolhido para o atendimento da necessidade da Administração. Aplica-se inclusive no caso de contratações diretas. Esse documento deve ser fundamentado em estudo técnico preliminar que tenha concluído pela viabilidade da contratação.

O Termo de Referência é um documento que estabelece as diretrizes, requisitos e especificações técnicas necessárias para a contratação de serviços ou aquisição de produtos. Ele serve como um guia para os fornecedores interessados em participar de um processo licitatório, garantindo que todos estejam cientes das exigências e condições estabelecidas pelo órgão contratante. O Termo de Referência é de extrema importância para garantir a transparência, legalidade e eficiência nos processos de contratação pública. Ele ajuda a evitar possíveis irregularidades, assegurando que a escolha do fornecedor seja feita de forma justa e imparcial, com base em critérios objetivos e previamente estabelecidos.

Um Termo de Referência bem elaborado deve conter informações claras e precisas sobre o objeto da contratação, os critérios de seleção, as condições de pagamento, os prazos e as penalidades em caso de descumprimento. Além disso, é importante incluir uma descrição detalhada dos serviços ou produtos a serem fornecidos, de forma a evitar interpretações equivocadas.

2.0 OBJETO:

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA ATENDER A DEMANDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GADO BRAVO.

3.0 ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	AGENDA PERMANENTE - FORMATO A5 OU SIMILAR; CAPA DURA; MIOLO OFFSET 63 G/M ² OU SUPERIOR; MÍNIMO 100 FOLHAS.	UND	300	28,85	8.655,00
2	ALFINETE BROCHE - ALFINETE BROCHE 000 18MM CX C/100	CX	60	12,58	754,80
3	ALFINETE PARA MAPA - ALFINETE COLORIDO CX C/50	CX	60	9,48	568,80
4	ALMOFADAS PARA CARIMBO Nº3 - TAMANHO Nº 3; BASE PLÁSTICA; TINTA ATÓXICA; SUPERFÍCIE POROSA PARA RETENÇÃO DE TINTA	UND	150	10,80	1.620,00
5	APAGADOR PARA QUADRO BRANCO - APAGADOR PARA QUADRO BRANCO COM	UND	300	7,72	2.316,00

**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00018/2026**PROCESSO Nº 048/2026**

	LOCAL DE ARMAZENAMENTO DOS MARCADORES				
6	APONTADOR SEM DEPÓSITO - LÂMINA DE AÇO TEMPERADO; CORPO RESISTENTE; USO ESCOLAR.	UND	5000	0,78	3.900,00
7	ARQUIVO MORTO - ARQUIVO MORTO DE PLÁSTICO	UND	400	6,87	2.748,00
8	AVENTAL ESCOLAR INFANTIL COLORIDO - TECIDO POLIÉSTER OU NYLON CORES VARIADAS TAMANHO INFANTIL LAVÁVEL.	UND	1500	9,92	14.880,00
9	BALÃO DE ASSOPRO - Nº7, CORES VARIADAS, PCT COM 50 UNIDADE	PCT	300	13,25	3.975,00
10	BARBANTE DE ALGODÃO (ROLO) - BARBANTE 100% ALGODÃO, TORÇÃO UNIFORME, RESISTENTE A TRAÇÃO E DE ESPESSURA MÉDIA (Nº 6 OU EQUIVALENTE). FORNECIDO EM ROLO COM PESO MÍNIMO DE 150 G.	UND	30	9,80	294,00
11	BARBANTE DE FIO - NYLON COM 20MM DE ESPESSURA, ROLO COM 200 METROS	PCT	50	7,44	372,00
12	BASTÃO DE COLA QUENTE - FINO - 1KG	PCT	100	52,81	5.281,00
13	BASTÃO DE COLA QUENTE - GROSSO - 1KG	PCT	100	53,97	5.397,00
14	BATERIA ALCALINA - BATERIA ALCALINA LR41 1,5V	UND	20	17,91	358,20
15	BLOCO DE RECADOS - AUTO-ADESIVOS REMOVÍVEIS, MÍNIMO 100 FOLHAS CADA PACOTE, MEDIDAS MÍNIMAS 76X102MM CONTENDO 01 BLOCO	UND	300	3,67	1.101,00
16	BLOCO DE RECADOS - AUTO-ADESIVOS REMOVÍVEIS, MÍNIMO 100 FOLHAS CADA PACOTE, MEDIDAS MÍNIMAS 38X50MM CONTENDO 04 BLOCOS	UND	200	6,67	1.334,00
17	BORRACHA BRANCA - PVC OU LÁTEX ATÓXICA TAMANHO MÉDIO. Nº 40	CX	100	17,00	1.700,00
18	BORRACHA PONTEIRA COLORIDA C/100 - ATÓXICAS FORMATO CÔNICO CORES VARIADAS EMBALAGEM COM 100 UNIDADES.	PCT	100	24,54	2.454,00
19	BORRACHA PRIMA BICOLOR - MATERIAL ATÓXICO PADRÃO ESCOLAR CAIXA COM 40 UNIDADES	CX	50	38,15	1.907,50
20	CADERNO - CAPA DURA BROCHURA 140MMX202MM 1/4 96 FLS	UND	200	8,46	1.692,00
21	CADERNO - CAPA DURA BROCHURÃO 200MM X 275MM 1/4 96 FLS	UND	4000	10,62	42.480,00
22	CADERNO C/ESPIRAL - CAPA DURA 12 MAT. 240 FOLHAS	UND	3000	26,49	79.470,00
23	CADERNO C/ESPIRAL - CAPA DURA 20 MAT. 320 FOLHAS	UND	2000	41,49	82.980,00
24	CADERNO C/ESPIRAL - CAPA DURA 10 MAT. 200 FOLHAS	UND	240	22,90	5.496,00
25	CADERNO C/ESPIRAL - CAPA DURA 12 MAT. 200 FOLHAS	UND	240	25,08	6.019,20
26	CADERNO C/ESPIRAL - CAPA DURA 15 MAT. 300 FOLHAS	UND	500	28,06	14.030,00

**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00018/2026**PROCESSO Nº 048/2026**

27	CADERNO C/ESPIRAL - CAPA DURA 20 MAT. 400 FOLHAS	UND	210	38,22	8.026,20
28	CADERNO DE DESENHO CAPA DURA GRANDE - CAPA DURA FORMATO A4 40 FOLHAS PAPEL SULFITE 120 G/M².	UND	2000	16,81	33.620,00
29	CAIXA DE ISOPOR GRANDE - CAIXA TÉRMICA PRODUZIDA EM POLIESTIRENO EXPANDIDO EPS, ALTA DENSIDADE, ESPESSURA MÍNIMA DE 20 MM. MODELO GRANDE COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 30 L. DEVE OFERECER ISOLAMENTO TÉRMICO EFICIENTE, TAMPA COM ENCAIXE FIRME, SUPERFÍCIE LISA E FÁCIL HIGIENIZAÇÃO.	UND	30	116,66	3.499,80
30	CAIXA ORGANIZADORA 30L - CAIXA ORGANIZADORA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 30 LITROS, CONFECCIONADA EM PLÁSTICO PP RESISTENTE, COM TAMPA ACOPLADA OU REMOVÍVEL. DEVE POSSUIR ESTRUTURA REFORÇADA, PAREDES RÍGIDAS, COR TRANSLÚCIDA OU OPACA, ALÇAS ANATÔMICAS E ENCAIXE ESTÁVEL PARA EMPILHAME	UND	30	46,63	1.398,90
31	CAIXA PARA CORRESPONDENCIA TRIPLA - CAIXA PARA CORRESPONDENCIA TRIPLA 355X253X120MM	UND	50	87,02	4.351,00
32	CALCULADORA MÉDIA - 8 A 12 DÍGITOS VISOR LCD FUNÇÕES BÁSICAS ALIMENTAÇÃO SOLAR E/OU PILHA.	UND	60	38,91	2.334,60
33	CANETA ESFEROGRÁFICA COR AZUL - PONTA 0.7 MM ESCRITA SUAVE CORPO TRANSPARENTE	CX	200	47,56	9.512,00
34	CANETA ESFEROGRÁFICA COR PRETA - PONTA 1.0 MM CORPO PLÁSTICO TINTA ÓLEO GRANDE DURABILIDADE.	CX	200	43,62	8.724,00
35	CANETA HIDROCOR - PONTA MÉDIA 2 MM; TINTA ATÓXICA; CORPO CILÍNDRICO. CX C/12 COES	UND	3500	4,93	17.255,00
36	CANETA HIDROGRÁFICA P. FINA - PONTA 0.4-0.6 MM; TINTA ATÓXICA; 12 CORES. CX C/12 UND	PCT	200	16,80	3.360,00
37	CAPA TRANSPARENTE PARA ENCADERNAÇÃO - TAMANHO A4 ESPESSURA 0,20 A 0,30 MM.	PCT	100	60,30	6.030,00
38	CARTOLINA - GRAMATURA 120 G/M² FORMATO 50x66 CM COR BRANCA. PCT C/100 FOLHAS	PCT	60	128,02	7.681,20
39	CARTOLINA COLLOR SET - 180 G/M² OU EQUIVALENTE PCT C/20 FLS CORES VARIADAS	PCT	100	26,66	2.666,00
40	CARTOLINA GUACHE - GRAMATURA 140 G/M² SUPERFÍCIE POROSA. PCT C/20 FLS - CORES DIVERSAS	PCT	100	27,64	2.764,00
41	CARTOLINA LAMINADA - 49X59CM PCT C/20 FOLHAS - CORES DIVERSAS	PCT	40	46,89	1.875,60



GADO BRAVO

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00018/2026

PROCESSO Nº 048/2026

42	CHAVEIRO ETIQUETA - CHAVEIRO COM ETIQUETA IDENTIFICADORA, CORPO EM PLÁSTICO RÍGIDO (PP OU ABS), CARTÃO INTERNO REMOVÍVEL PARA ESCRITA E JANELA TRANSPARENTE.	UND	50	0,70	35,00
43	CLIPS 1/0 PARA PAPEIS - ARAME DE AÇO COM ACABAMENTO GALVANIZADO	CX	80	3,11	248,80
44	CLIPS 2/0 PARA PAPEIS - ARAME DE AÇO COM ACABAMENTO GALVANIZADO	CX	220	3,12	686,40
45	CLIPS 3/0 PARA PAPEIS - ARAME DE AÇO COM ACABAMENTO GALVANIZADO	CX	220	3,00	660,00
46	CLIPS 4/0 PARA PAPEIS - ARAME DE AÇO COM ACABAMENTO GALVANIZADO	CX	220	3,01	662,20
47	CLIPS 6/0 PARA PAPEIS - ARAME DE AÇO COM ACABAMENTO GALVANIZADO	CX	300	3,01	903,00
48	CLIPS 8/0 PARA PAPEIS - ARAME DE AÇO COM ACABAMENTO GALVANIZADO	CX	220	3,03	666,60
49	CLIPS COLORIDO PEQUENO - TAMANHO PEQUENO 28-30 MM; PLÁSTICO COLORIDO.	CX	50	5,08	254,00
50	COLA ADESIVA INSTANTANEA - RENDBOND 20G	UND	200	16,42	3.284,00
51	COLA BASTÃO - 20 G OU MAIOR ATÓXICA TAMPAS ROSQUEÁVEL.	UND	2000	2,63	5.260,00
52	COLA BRANCA 1 K - 1 KG	UND	300	19,80	5.940,00
53	COLA BRANCA 500G - 500 G	UND	120	10,81	1.297,20
54	COLA BRANCA 90 G - 90 G	UND	3000	2,58	7.740,00
55	COLA COLORIDA C/ GLITER C/6 - TUBOS 15-25 ML; 6 CORES; GLITTER INCORPORADO	CX	300	10,51	3.153,00
56	COLA COLORIDA S/ GLITER C/6 - TUBOS 15-25 ML; 6 CORES;	CX	800	9,07	7.256,00
57	COLA DE ISOPOR - EMBALAGEM 1 KG; BASE PVA ESPECIAL.	UND	300	41,84	12.552,00
58	COLA DE ISOPOR - EMBALAGEM 90G BASE PVA ESPECIAL.	UND	200	5,86	1.172,00
59	COLA DE SILICONE - TRANSPARENTE; 100 G; SECAGEM RÁPIDA	UND	300	7,06	2.118,00
60	CONTRA CAPA PLÁSTICA A4 PCT C/100 - A4 ESPESSURA 0,30 MM PACOTE COM 100	PCT	80	42,77	3.421,60
61	CORRETIVO FITA - 6M, DIM.7,75CMX2,5CM (DIÂM.) E 15G.	UND	160	5,69	910,40
62	CORRETIVO LÍQUIDO - ATÓXICO, INODORO, A BASE DE ÁGUA TIPO: LÍQUIDO/PINCEL E CONTEÚDO 18 ML	UND	2240	3,33	7.459,20
63	CRACHA COM PRESILHA, - HORIZONTAL, MULTICOLOR, C-7 70X100.	UND	250	3,00	750,00
64	ENCADERNADORA - PERFURADORA PARA ENCADERNAÇÃO A 4	UND	5	1.259,33	6.296,65
65	ENVELOPE BRANCO - 229X324	CX	60	61,81	3.708,60
66	ENVELOPE BRANCO - 240X340	UND	150	0,60	90,00
67	ENVELOPE BRANCO - 114X162	UND	50	0,55	27,50
68	ENVELOPE BRANCO - 114X229 CX C100	UND	90	0,21	18,90
69	ENVELOPE KRAFT OURO - 229X324 CX/100	UND	60	48,98	2.938,80
70	ESPIRAL 07 - 07 MM ATÉ 25 FLS PCT. 100 UND	PCT	60	23,40	1.404,00



GADO BRAVO

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00018/2026

PROCESSO Nº 048/2026

71	ESPIRAL 09 - 09 MM ATÉ 50 FLS PCT. 50 UND	PCT	100	32,33	3.233,00
72	ESPIRAL 12 - 12 MM ATÉ 70 FLS PCT. 50 UND	PCT	50	26,50	1.325,00
73	ESPIRAL 14 - 14 MM ATÉ 85 FLS PCT. 50 UND	PCT	80	33,93	2.714,40
74	ESPIRAL 17 - 17 MM ATÉ 100 FLS PCT. 50 UND	PCT	50	33,95	1.697,50
75	ESPIRAL 20 - 20 MM ATÉ 120 FLS PCT. 50 UND	PCT	80	32,26	2.580,80
76	ESPIRAL 23 - 23 MM ATÉ 150 FLS PCT. 50 UND	PCT	50	34,40	1.720,00
77	ESPIRAL 25 - 25 MM ATÉ 160 FLS PCT. 50 UND	PCT	20	33,33	666,60
78	ESPIRAL 29 - 29 MM ATÉ 200 FLS PCT. 16 UND	PCT	20	36,23	724,60
79	ESPIRAL 50 - 50 MM ATÉ 450 FLS PCT. 50 UND	PCT	10	37,17	371,70
80	ESTILETE GRANDE - LÂMINA SEGMENTADA 18 MM TRAVA AUTOMÁTICA	UND	500	2,38	1.190,00
81	ESTILETE PEQUENO - LÂMINA 9 MM CORPO PLÁSTICO RÍGIDO	UND	300	2,25	675,00
82	ETIQUETA - FORMATO A4 PCT C/100 FOLHAS	UND	60	48,08	2.884,80
83	EVA ATOALHADO - 40X50CM PACOTE COM 5 FOLHAS	UND	100	19,59	1.959,00
84	EVA COM GLITER - 400X600 PCT C/10 FLS (CORES DIVERSAS)	UND	400	30,48	12.192,00
85	EVA ESTAMPADO PACOTE COM 10 FOLHAS - ESPESSURA: 1,5 A 2 MM FOLHAS TAMANHO 40 x 60 CM MÍNIMO MATERIAL: ETILENO VINIL ACETATO ESTAMPAS VARIADAS	UND	150	28,13	4.219,50
86	EVA LISO - 400X470 PCT C/10 FOLHAS CORES DIVERSAS	UND	400	11,51	4.604,00
87	EXTRATOR DE GRAMPO - CORPO EM ABS REFORÇADO LÂMINAS METÁLICAS EM AÇO TEMPERADO MOLAS RESISTENTES	UND	80	2,94	235,20
88	FITA ADESIVA - 12X30 TRANSPARENTE	UND	190	1,65	313,50
89	FITA ADESIVA - CREPE 24X50 UND	UND	130	3,50	455,00
90	FITA ADESIVA - CREPE 18X50 UND	UND	190	2,19	416,10
91	FITA ADESIVA - CREPE 48X50 UND	UND	320	5,86	1.875,20
92	FITA ADESIVA 45X100 TRANSPARENTE. - LARGURA: 45 MM; COMPRIMENTO: 100 M; FILME EM POLIPROPILENO BOPP; ADESIVO ACRÍLICO	UND	450	7,98	3.591,00
93	FITA ADESIVA DUPLA FACE - LARGURA: 18 MM; COMPRIMENTO: 30 M; BASE: ESPUMA ACRÍLICA OU PE.	UND	490	10,67	5.228,30
94	FITA ADESIVA DUPLA FACE - LARGURA: 24 MM; COMPRIMENTO: 30 M; BASE: ESPUMA ACRÍLICA OU PE	UND	390	15,47	6.033,30
95	FITA DE CETIM 0,7CM X 10M - LARGURA: 7 MM; COMPRIMENTO: 10 M; MATERIAL: 100% POLIÉSTER	UND	200	2,08	416,00
96	FITA DE CETIM 1,0CM X 10M - LARGURA: 10 MM; COMPRIMENTO: 10 M; MATERIAL: 100% POLIÉSTER	UND	200	2,35	470,00
97	FITA DE CETIM 2,3CM X 10M - LARGURA: 23 MM; COMPRIMENTO: 10M; MATERIAL: 100% POLIÉSTER	UND	150	4,89	733,50
98	FITA PLÁSTICA DECORATIVA - 15MMX50M.	UND	5	4,99	24,95
99	FITA PLÁSTICA DECORATIVA - 20MMX50M.	UND	100	6,64	664,00



GADO BRAVO

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00018/2026

PROCESSO Nº 048/2026

100	FITA PLÁSTICA DECORATIVA - 30MMX50M.	UND	100	10,70	1.070,00
101	FITILHO EM NOVELO - Nº5 100% POLIETILENO NATURAL 0,466KG	UND	50	8,08	404,00
102	FITILHO ROLO - C/5MMX50M, CORES A DEFINIR NO PEDIDO.	UND	100	2,20	220,00
103	GARRAFAS PLÁSTICA DE ÁGUA - CAPACIDADE: 500 ML; TAMPA ROSQUEÁVEL COM LACRE; MATERIAL: PET GRAU ALIMENTÍCIO	UND	3000	10,61	31.830,00
104	GIZ DE CERA COLORIDO PEQUENO - CAIXA COM 12 CORES; FORMATO PEQUENO, ATÓXICO CX C/12	UND	800	4,91	3.928,00
105	GIZÃO DE CERA GROSSO - CAIXA COM 12 UNIDADE; ATÓXICO; DIÂMETRO AUMENTADO PARA MAIOR RESISTÊNCIA CX C/12 UND	UND	3600	5,71	20.556,00
106	GRAMPEADOR ALICATE - CAPACIDADE: ATÉ 25 FOLHAS 75 G/M² CORPO METÁLICO UTILIZA GRAMPOS 26/6 OU EQUIVALENTES	UND	50	91,41	4.570,50
107	GRAMPEADOR DE MESA - CAPACIDADE: ATÉ 25 FOLHAS (75 G/M²); CORPO METÁLICO COM BASE EM ABS; UTILIZA GRAMPOS 26/6	UND	100	16,63	1.663,00
108	GRAMPEADOR DE MESA - CAPACIDADE: 100 FOLHAS	UND	40	124,00	4.960,00
109	GRAMPEADOR GRANDE - CAPACIDADE MÍNIMA: 60 FOLHAS; CORPO METÁLICO REFORÇADO; ABERTURA PARA FIXAÇÃO EM MURAIS; COMPATÍVEL COM GRAMPOS 23/10 OU EQUIVALENTES	UND	30	55,82	1.674,60
110	GRAMPEADOR MÉDIO - CAPACIDADE: 30-40 FOLHAS MATERIAL METÁLICO BASE ANTIDERRAPANTE	UND	120	33,27	3.992,40
111	GRAMPEADOR PEQUENO COLORIDO - CAPACIDADE: 10-15 FOLHAS CORPO PLÁSTICO COLORIDO COM PARTES METÁLICAS UTILIZA GRAMPOS 26/6	UND	200	8,57	1.714,00
112	GRAMPEADOR TAPECEIRO - GRAMPEADOR TAPECEIRO PROFISSIONAL	UND	50	79,97	3.998,50
113	GRAMPO - TAMANHO: 23/13; MATERIAL: AÇO GALVANIZADO; CAIXA COM 100 UNIDADES	UND	120	38,79	4.654,80
114	GRAMPO - TAMANHO: 26/6 MATERIAL: AÇO GALVANIZADO CAIXA: 5.000 GRAMPOS	UND	400	5,68	2.272,00
115	GRAMPO TRILHO 0,7X1X 20CM (PCT. C/50 UND)- METAL - MATERIAL: METAL GALVANIZADO; TAMANHO: 20 CM; PACOTE COM 50 UNIDADES	UND	150	29,11	4.366,50
116	GRAMPO TRILHO 0,7X1X 20CM (PCT. C/50 UND)- PLÁSTICO - MATERIAL: PLÁSTICO PP RESISTENTE; TAMANHO: 20 CM; PACOTE COM 50 UNIDADES	UND	200	17,14	3.428,00
117	GRAMPO TRILHO ESTENDIDO C/50 JOGOS (PLÁSTICO) - MATERIAL: PP; CONJUNTO CONTENDO TRILHO + HASTE; QUANTIDADE: 50 JOGOS	UND	100	27,33	2.733,00

**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00018/2026**PROCESSO Nº 048/2026**

118	GRAMPO TRILHO ESTENDIDO PLÁSTICO PARA 700 FOLHAS CX C/10 GRAMPOS - CAPACIDADE: ATÉ 700 FOLHAS; MATERIAL: PLÁSTICO RESISTENTE; CAIXA COM 10 UNIDADES	UND	100	27,63	2.763,00
119	GUILHOTINA - MANUAL PARA A4 20 FOLHAS OU MAIS	UND	6	281,67	1.690,02
120	ISOPOR 20MM PCT C/12 PLACAS - ESPESSURA: 20 MM DIMENSÕES MÍNIMAS: 50 x 50 CM MATERIAL: POLIESTIRENO EXPANDIDO EPS PACOTE C/12 PLACAS	UND	100	10,63	1.063,00
121	ISOPOR 25MM PCT C/10 PLACAS - ESPESSURA: 25 MM; DIMENSÕES MÍNIMAS: 50 x 50 CM; MATERIAL: POLIESTIRENO EXPANDIDO (EPS); PACOTE C/10 PLACAS	UND	100	10,78	1.078,00
122	ISOPOR 30MM PCT C/08 PLACAS - ESPESSURA: 30 MM DIMENSÕES MÍNIMAS: 50 x 50 CM MATERIAL: POLIESTIRENO EXPANDIDO EPS PACOTE C/8 PLACAS	UND	100	12,95	1.295,00
123	ISOPOR 40MM PCT C/6 PLACAS - ESPESSURA: 40 MM; DIMENSÕES MÍNIMAS: 50 x 50 CM; MATERIAL: POLIESTIRENO EXPANDIDO (EPS); PACOTE C/6 PLACAS	UND	100	15,17	1.517,00
124	ISOPOR 50MM PCT C/05 PLACAS - ESPESSURA: 50 MM; DIMENSÕES MÍNIMAS: 50 x 50 CM; MATERIAL: POLIESTIRENO EXPANDIDO (EPS); PACOTE C/05 PLACAS	UND	20	12,08	241,60
125	ISOPOR 5MM PCT C/50 PLACAS - ESPESSURA: 5 MM DIMENSÕES MÍNIMAS: 50 x 50 CM MATERIAL: POLIESTIRENO EXPANDIDO EPS PACOTE C/50 PLACAS	UND	50	2,33	116,50
126	KIT ESCOLAR RÉGUA TRANSFERIDOR ESQUADRO. - RÉGUA 30 CM; TRANSFERIDOR 180°; TRANSFERIDOR 360°; ESQUADRO (45° OU 60°, CONFORME DISPONIBILIDADE	UND	450	5,33	2.398,50
127	LAÇO FÁCIL PARA PRESENTES - POLIPROPILENO; CORES VARIADAS; FITA COM PUXADORES PARA MONTAGEM INSTANTÂNEA.	UND	1500	0,70	1.050,00
128	LACRE PARA PRESENTES - MATERIAL: PLÁSTICO METALIZADO OU ADESIVO VINÍLICO CORES SORTIDAS FORMATO: REDONDO OU DECORATIVO	UND	40	10,48	419,20
129	LACRE PARA SACOLA PLASTICA COLORIDO - PLÁSTICO FLEXÍVEL; CORES VARIADAS; COMPRIMENTO MÍNIMO: 8 CM	UND	400	0,65	260,00
130	LAPIS DE COR MADEIRA - CAIXA COM 12 CORES; MADEIRA REFLORESTADA; MINA = 3 MM; ATÓXICO	UND	6000	3,41	20.460,00
131	LAPIS DE QUADRO CORES AZUL, PRETO E VERMELHO. - CORPO DE MADEIRA; CORES: AZUL, PRETO E VERMELHO; MINA RESISTENTE	UND	1500	4,73	7.095,00



GADO BRAVO

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00018/2026

PROCESSO Nº 048/2026

132	LÁPIS GRAFITE DE BOA QUALIDADE COMPACTOR OU QUALIDADE SEMELHANTE. - DUREZA: HB CORPO SEXTAVADO OU REDONDO MADEIRA REFLORESTADA PONTA RESISTENTE CAIXA COM 144 UNIDADES	UND	100	33,10	3.310,00
133	LIGA ELÁSTICA PACOTE - DIÂMETRO: 3-5 CMCOR: NATURAL BEGE BORRACHA NATURAL PESO LÍQUIDO: 1 KG APROXIMADAMENTE 1.200 UNIDADES	UND	40	31,31	1.252,40
134	LÍQUIDO SPRAY (LIMPADOR P/QUADRO BRANCO) 60ML C/FLANELA - CONTEÚDO: 60 ML; EMBALAGEM SPRAY; ACOMPANHA FLANELA DE MICROFIBRA OU SIMILAR	UND	50	10,03	501,50
135	LIVRO DE PONTO C/ 160 FLS - 160 FOLHAS PAUTADAS FORMATO A4 CAPA DURA IMPRESSÃO SIMPLES.	UND	200	25,40	5.080,00
136	LIVRO DE REGISTRO DE ENTORP/PSICOTROPICO C/100 FLS - 100 FOLHAS FORMATO A4 CAPA DURA PAUTADO E TABELADO CONFORME LEGISLAÇÃO	UND	50	40,18	2.009,00
137	LIVRO INFANTIL DE HISTORINHA - MÍNIMO 16 PÁGINAS PAPEL COUCHÊ OU OFFSET ILUSTRADO LINGUAGEM INFANTIL	UND	2000	5,83	11.660,00
138	MARCADOR DE TEXTO DIVERSAS CORES - CAIXA COM 12 UNIDADES; CORES SORTIDAS; PONTA CHANFRADA; CORPO PLÁSTICO	UND	600	5,93	3.558,00
139	MARCADOR PERMANENTE - CORPO PLÁSTICO; PONTA CÔNICA OU CHANFRADA; CORES: PRETO, AZUL E VERMELHO	UND	100	3,22	322,00
140	MASSA DE MODELAR - CORES SORTIDAS; ATÓXICA; EMBALAGEM RESISTENTE	UND	3000	6,80	20.400,00
141	ORGANIZADOR ACRÍLICO - ESTRUTURA EM ACRÍLICO ACOMPANHA 06 PASTAS SUSPENSAS COLORIDAS PADRÃO A4	UND	30	60,66	1.819,80
142	PALITO P/PICOLÉ - MADEIRA NATURAL; TAMANHO PADRÃO 11,5 CM; PACOTE COM 100 UNIDADES	UND	300	5,97	1.791,00
143	PAPEL A4 - TAMANHO: 210 × 297 MM GRAMATURA: 180 G/M² COR: BRANCA PACOTE COM 50 FOLHAS	UND	300	11,48	3.444,00
144	PAPEL A4 - TAMANHO: 210 × 297 MM GRAMATURA: 120 G/M² COR: BRANCA PACOTE COM 50 FOLHAS	UND	300	9,90	2.970,00
145	PAPEL AUTOADESIVO TIPO CONTACT - PAPEL ADESIVO PVC TRANSPARENTE (INCOLOR), COM PELÍCULA LISA E RESISTENTE, LIVRE DE BOLHAS E COM ADESIVO ACRÍLICO PERMANENTE DE ALTA FIXAÇÃO.	UND	50	3,20	160,00
146	PAPEL CAMURÇA PACOTE C/ 25 FLS - PACOTE COM 25 FOLHAS;CORES VARIADAS;TAMANHO APROXIMADO: 40 × 50 CM	UND	50	26,75	1.337,50
147	PAPEL CELOFANE 70X85CM C/50 FLS - CORES - DIMENSÕES: 70 × 85 CM; PACOTE COM 50	UND	50	73,27	3.663,50

**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00018/2026**PROCESSO Nº 048/2026**

	FOLHAS; CORES SORTIDAS				
148	PAPEL COM TEXTURA A4 180G PCT C/50FLS - TAMANHO A4; GRAMATURA: 180 G/M ² ; TEXTURA VARIADA (LINHO, CASCA DE OVO ETC; PACOTE C/50 FOLHAS	UND	100	17,52	1.752,00
149	PAPEL CREPOM – CORES VARIADAS - PAPEL CREPOM FABRICADO EM MATERIAL 100 CELULÓSICO, COM TEXTURA CORRUGADA, ALTA FLEXIBILIDADE E FÁCIL MANIPULAÇÃO. DEVE POSSUIR GRAMATURA APROXIMADA ENTRE 30 G/M ² E 40 G/M ² , ALONGAMENTO MÍNIMO DE 60, BOA RESISTÊNCIA A RASGOS E COLORAÇÃO HOMOGÊNEA. FORNEC	UND	400	2,27	908,00
150	PAPEL FILIPINHO COLOR C/40 FOLHAS - PACOTE COM 40 FOLHAS CORES VARIADAS GRAMATURA LEVE APROX. 60–80 G/M ²	UND	100	11,13	1.113,00
151	PAPEL FOTOGRÁFICO 180G A4 C/50FLS - FORMATO: A4 GRAMATURA: 180 G/M ² ACABAMENTO: BRILHO OU SEMIBRILHO COMPATÍVEL COM IMPRESSORAS JATO DE TINTA PACOTE COM 50 FOLHAS	UND	200	20,33	4.066,00
152	PAPEL FOTOGRÁFICO A4 120G C/20 FLS - UND - TAMANHO: A4; GRAMATURA: 120 G/M ² ; ACABAMENTO: GLOSSY, FOSCO OU SEMIBRILHO; PACOTE COM 20 FOLHAS	UND	150	27,15	4.072,50
153	PAPEL FOTOGRÁFICO A4 180G C/20 FLS -UND - FORMATO A4 GRAMATURA: 180 G/M ² PACOTE COM 20 FOLHAS COMPATÍVEL COM IMPRESSORAS JATO DE TINTA	UND	60	10,97	658,20
154	PAPEL FOTOGRÁFICO AUTO ADESIVO 130G A4 C/50FLS - FORMATO: A4 GRAMATURA MÍNIMA: 130 G/M ² ACABAMENTO: BRILHANTE, SEMIBRILHO OU FOSCO ADESIVO PERMANENTE PACOTE COM 50 FOLHAS	UND	200	29,90	5.980,00
155	PAPEL MADEIRA - GRAMATURA MÍNIMA: 60 G/M ² ; PODE SER EM FOLHA OU ROLO (INFORMAR NO PEDIDO); IDEAL PARA EMBRULHO, PROTEÇÃO E ARTESANATO	UND	50	1,42	71,00
156	PAPEL OFÍCIO A4 - FORMATO A4 210 X 297 MM GRAMATURA: 75 G/M ² ALVURA MÍNIMA: 90 CAIXA COM 10 RESMAS CADA RESMA COM 500 FOLHAS	UND	300	214,72	64.416,00
157	PASTA AZ - ALTURA: PADRÃO OFÍCIO LARGURA DA LOMBADA: 7,5 CM ±0,5 CM ACABAMENTO: REVESTIDA E PLASTIFICADA POSSUI PORTA-ETIQUETA E ORIFÍCIO PARA MANUSEIO FERRAGEM RESISTENTE COM TRAVA	UND	300	18,86	5.658,00
158	PASTA C/ ABA E ELÁSTICO PLÁSTICA 17MM - MATERIAL: PP SEMITRANSARENTE OU OPACO ESPESSURA MÍNIMA: 0,18 MM LOMBADA: 17 MM FECHAMENTO COM ELÁSTICO RESISTENTE	UND	1500	3,86	5.790,00
159	PASTA C/ ABA E ELÁSTICO PLÁSTICA 30MM -	UND	470	4,53	2.129,10



GADO BRAVO

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00018/2026

PROCESSO Nº 048/2026

	MATERIAL: PP SEMITRANSARENTE OU OPACO; ESPESSURA MÍNIMA: 0,45 MM; LOMBADA: 30 MM; FECHAMENTO COM ELÁSTICO RESISTENTE				
160	PASTA C/ ABA E ELÁSTICO PLÁSTICA 40MM - MATERIAL: PP SEMITRANSARENTE OU OPACO; ESPESSURA MÍNIMA: 0,45 MM; LOMBADA: 40 MM; FECHAMENTO COM ELÁSTICO RESISTENTE	UND	470	5,67	2.664,90
161	PASTA C/ ABA E ELASTICO PLÁSTICA 55MM - MATERIAL: PP LOMBADA: 55 MM 3 ABAS INTERNAS FECHO COM ELÁSTICO DUPLO	PCT	300	5,99	1.797,00
162	PASTA CANALETA A4 PCT C/10 - FORMATO: A4; MATERIAL: PVC OU PP; CANALETA DESLIZANTE; PACOTE COM 10 UNIDADES	PCT	110	4,08	448,80
163	PASTA CATÁLOGO A4 C/100 ENVELOPES - CAPACIDADE: 100 ENVELOPES TAMANHO: A4 FOLHAS INTERNAS EM PP CRISTAL DE BOA TRANSPARÊNCIA CAPA DURA EM POLIPROPILENO ENVELOPES SOLDADOS	CX	300	25,32	7.596,00
164	PASTA GRAMPO TRILHO PLÁSTICA - TAMANHO A4; CAPA EM PP; TRILHO DESLIZANTE EM PLÁSTICO RÍGIDO	CX	470	3,19	1.499,30
165	PASTA L A4 - MATERIAL: PP; ABERTURA LATERAL E SUPERIOR; ESPESSURA MÍNIMA: 0,15 MM	PCT	220	4,45	979,00
166	PASTA SANFONADA A4 C/12 DIVISÓRIAS - 12 DIVISÓRIAS MATERIAL: PP RESISTENTE FECHAMENTO COM BOTÃO OU ELÁSTICO	UND	200	31,79	6.358,00
167	PASTA SANFONADA A4 C/31 DIVISÓRIAS - 31 DIVISÓRIAS MATERIAL: PP RESISTENTE FECHAMENTO COM BOTÃO OU ELÁSTICO	UND	200	58,98	11.796,00
168	PASTA SUSPensa MARMORIZADA - MATERIAL: CARTÃO MARMORIZADO REFORÇADO; TAMANHO OFÍCIO OU A4; BARRAS METÁLICAS COM GANCHOS; ACOMPANHA VISOR E ETIQUETA	UND	200	5,32	1.064,00
169	PASTA SUSPensa PLÁSTICA - MATERIAL: PP ESPESSURA MÍNIMA 0,5 MM; GANCHOS METÁLICOS RESISTENTES; VISOR COM ETIQUETA; TAMANHO A4 OU OFÍCIO (CONFORME NECESSIDADE DO ÓRGÃO)	UND	370	6,29	2.327,30
170	PERCEVEJO DOURADO - MATERIAL: METAL NIQUELADO/DOURADO; QUANTIDADE: 100 UNIDADES POR CAIXA; TAMANHO PADRÃO: 8 A 10 MM	CX	50	9,12	456,00
171	PERFURADOR - CAPACIDADE: 40 A 45 FOLHAS (75 G/M²); DISTÂNCIA PADRÃO ENTRE FUROS: 80 MM; ACOMPANHA GUIA DE PAPEL	UND	60	54,30	3.258,00
172	PERFURADOR 150 FOLHAS - CAPACIDADE MÍNIMA: 150 FOLHAS DIÂMETRO DOS FUROS: 6 MM MECANISMO DE ALAVANCA REFORÇADO GUIA REGULÁVEL	UND	20	683,78	13.675,60

**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00018/2026**PROCESSO Nº 048/2026**

173	PERFURADOR 60 FOLHAS - CAPACIDADE MÍNIMA: 60 FOLHAS DIÂMETRO DOS FUROS: 6 MM MECANISMO DE ALAVANCA REFORÇADO GUIA REGULÁVEL	UND	40	170,23	6.809,20
174	PERFURADOR DE EVA 16MM - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS BASE ANTIDERRAPANTE CORTE COM FORMATO PADRÃO CÍRCULO, CORAÇÃO, ESTRELA OU SIMILAR ALTA DURABILIDADE	UND	60	29,91	1.794,60
175	PERFURADOR DE EVA 25MM - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS BASE ANTIDERRAPANTE CORTE COM FORMATO PADRÃO CÍRCULO, CORAÇÃO, ESTRELA OU SIMILAR ALTA DURABILIDADE	UND	60	46,61	2.796,60
176	PERFURADOR DE EVA 50MM - ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS BASE ANTIDERRAPANTE CORTE COM FORMATO PADRÃO CÍRCULO, CORAÇÃO, ESTRELA OU SIMILAR ALTA DURABILIDADE	UND	60	58,33	3.499,80
177	PERFURADOR FURO ÚNICO - FURO ÚNICO DE 6 MM CAPACIDADE MÍNIMA: 10 FOLHAS AÇO CROMADO	UND	20	15,68	313,60
178	PILHA ALCALINA AA 1,5V - TAMANHO: AA TENSÃO: 1,5 V TIPO: ALCALINA CAIXA COM 15 PACOTES CADA PACOTE COM 4 UNIDADES QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A: RAYOVAC, PANASONIC OU DURACELL	PCT	170	5,51	936,70
179	PILHA ALCALINA AAA 1,5V, CAIXA COM 10 PACOTES - TAMANHO: AAA TENSÃO: 1,5 V TIPO: ALCALINA CAIXA COM 10 PACOTES CADA PACOTE COM 4 UNIDADES PADRÃO DE QUALIDADE EQUIVALENTE ÀS GRANDES MARCAS	PCT	270	11,27	3.042,90
180	PINCEL - MATERIAL DAS CERDAS: SINTÉTICAS OU NATURAIS; CABO ANATÔMICO; TAMANHOS VARIADOS	UND	3000	3,47	10.410,00
181	PINCEL FINO Nº 12 - NUMERAÇÃO: 12; CERDAS SINTÉTICAS OU NATURAIS; BASE METÁLICA (VIROLA)	UND	1000	3,36	3.360,00
182	PINCEL P PINTURA Nº 14 CX C7L2 UND - NUMERAÇÃO: 14; CABO PLÁSTICO OU MADEIRA; VIROLA METÁLICA; CAIXA COM 12 UNIDADES	CX	900	2,12	1.908,00
183	PINCEL P/QUADRO BRANCO CX C/12 UND - CORES A DEFINIR NO PEDIDO - CORES DEFINIDAS NO PEDIDO; CORPO PLÁSTICO; TINTA À BASE DE ÁLCOOL; PONTA: REDONDA OU CHANFRADA; CAIXA COM 12 UNIDADES	CX	300	33,38	10.014,00
184	PISTOLA PARA COLA QUENTE COMPATÍVEL COM BASTÕES DE 11/11,5MM - VOLTAGEM: 110/220 V BIVOLT AUTOMÁTICO OU MANUAL BICO METÁLICO COMPATÍVEL COM BASTÕES DE 11-11,5 MM CORPO EM NYLON RESISTENTE AO CALOR SUPORTE METÁLICO	UND	150	76,67	11.500,50



GADO BRAVO

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00018/2026

PROCESSO Nº 048/2026

	RETRÁTIL				
185	PISTOLA PARA COLA QUENTE COMPATÍVEL COM BASTÕES DE 7/7,5MM - VOLTAGEM: 110/220 V COMPATÍVEL COM BASTÕES DE 7-7,5 MM BICO METÁLICO ANTIDERRAMAMENTO TEMPO DE AQUECIMENTO RÁPIDO	UND	100	61,43	6.143,00
186	PLÁSTICO PARA PLASTIFICAÇÃO – TAMANHO A4 - ENVELOPE PLÁSTICO (POUCH) PARA PLASTIFICAÇÃO TÉRMICA, TAMANHO A4 (210 X 297 MM), FABRICADO EM PET/EVA COM ESPESSURA MÍNIMA DE 0,05 MM (70 MICRONS POR FOLHA). DEVE SUPORTAR AQUECIMENTO UNIFORME, PROPORCIONAR SELAGEM COMPLETA	PCT	100	74,90	7.490,00
187	PLASTIFICADORA - PLASTIFICADORA PLM23	UND	5	1.210,00	6.050,00
188	PORTA CANETAS EM ACRÍLICO - PORTA-CANETAS CONFECCIONADO EM ACRÍLICO TRANSPARENTE DE ALTA RESISTÊNCIA, ESPESSURA MÍNIMA DE 3 MM. DEVE APRESENTAR ACABAMENTO LISO, ALTURA MÍNIMA DE 10 CM, FORMATO CILÍNDRICO OU PRISMÁTICO. MATERIAL RESISTENTE A IMPACTOS LEVES E FÁCIL LIMPEZA.	UND	100	23,09	2.309,00
189	POST -IT MÉDIO - DIMENSÃO APROXIMADA: 76 x 76 MM; GRAMATURA: 75 A 80 G/M²; 100 FOLHAS POR BLOCO (MÍNIMO; COR: SORTIDAS OU AMARELO PADRÃO	PCT	100	2,10	210,00
190	POST-IT GRANDE - DIMENSÃO APROXIMADA: 76 x 102 MM OU 100 x 100 MM; 100 FOLHAS POR BLOCO; CORES SORTIDAS	PCT	100	3,20	320,00
191	PRANCHETA OFÍCIO ACRÍLICO - ESPESSURA MÍNIMA: 2 MM PRESILHA METÁLICA REFORÇADA SUPERFÍCIE LISA E RESISTENTE	UND	200	24,50	4.900,00
192	PRENDEDORES DE PAPEL - PRENDEDORES DE PAPEL 25MM CX C12	UND	40	5,74	229,60
193	PRENDEDORES DE PAPEL - PRENDEDORES DE PAPEL 32MM CX C40	UND	40	8,41	336,40
194	PRENDEDORES DE PAPEL - PRENDEDORES DE PAPEL 41MM CX C40	UND	40	12,08	483,20
195	PRENDEDORES DE PAPEL - PRENDEDORES DE PAPEL 51MM CX C40	UND	40	16,63	665,20
196	QUADRO BRANCO - QUADRO BRANCO PARA ESCRITA COM MARCADOR, SUPERFÍCIE MELAMÍNICA OU AÇO ESMALTADO, LISA, BRANCA, IMANTADA OU NÃO (CONFORME DISPONIBILIDADE). MOLDURA EM ALUMÍNIO ANODIZADO COM CANTOS ARREDONDADOS EM PVC. ACOMPANHA SUPORTE PARA APAGADOR E MARCADORES. DIMENSÃO	UND	30	49,44	1.483,20
197	QUADRO DE AVISOS EM MADEIRA - QUADRO MURAL COM MOLDURA EM MADEIRA NATURAL OU MDF REVESTIDO, PAINEL INTERNO EM CORTIÇA NATURAL OU SIMILAR	UND	30	76,75	2.302,50

**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00018/2026**PROCESSO Nº 048/2026**

	DE ALTA DENSIDADE. DEVE PERMITIR FIXAÇÃO POR TACHINHAS E ALFINETES, SEM ESFARELAMENTO.				
198	RÉGUA COLORIDA FLEXÍVEL - TAMANHO: 30 CM; MATERIAL: PVC FLEXÍVEL; MARCAÇÕES DE CENTÍMETROS E MILÍMETROS; CORES VARIADAS	UND	3000	2,76	8.280,00
199	REGUA TRANSPARENTE - REGUA TRANSPARENTE 30 CM	UND	470	1,13	531,10
200	SACO TRANSPARENTE PARA PRESENTE GRANDE COM LACRE - DIMENSÕES APROXIMADAS: 40 x 60 CM OU CONFORME PADRÃO DE MERCADO MATERIAL: POLIPROPILENO BOPP ACOMPANHA LACRE AUTOADESIVO	PCT	100	26,46	2.646,00
201	SACO TRANSPARENTE PARA PRESENTE MÉDIO COM LACRE - DIMENSÕES APROXIMADAS: 30 x 45 CM MATERIAL PP BOPP ACOMPANHA LACRE	PCT	100	28,10	2.810,00
202	SACO TRANSPARENTE PARA PRESENTE PEQUENO COM LACRE - DIMENSÕES APROXIMADAS: 20 x 30 CM MATERIAL: PP BOPP ACOMPANHA LACRE	PCT	100	22,43	2.243,00
203	SACOLA PLASTICA GRANDE 50 X 60 TRANSPARENT - DIMENSÕES: 50 x 60 CM MATERIAL: PEAD/PEBD ESPESSURA MÍNIMA: 0,05 MM TRANSPARENTE	PCT	100	25,67	2.567,00
204	TABUADAS - MATERIAL: PAPEL CARTÃO OU PLÁSTICO RÍGIDO; CONTEÚDO: TABUADAS DO 1 AO 10; IMPRESSÃO COLORIDA	UND	2800	0,73	2.044,00
205	TATAME 1X1 EVA 10MM - DIMENSÕES: 1 M x 1 M ESPESSURA: 10 MM ANTIDERRAPANTE CORES SORTIDAS	UND	80	112,15	8.972,00
206	TATAME 1X1 EVA 20MM - DIMENSÕES: 1 M x 1 M; ESPESSURA: 20 MM; EVA DE ALTA DENSIDADE; ANTIDERRAPANTE	UND	100	108,06	10.806,00
207	TÊMPERA GUACHE C/250ML - - CONTEÚDO: 250 ML CORES CONFORME PEDIDO ATÓXICA	UND	200	7,94	1.588,00
208	TÊMPERA GUACHE CX C/06 CORES POTE C/15ML - CAIXA COM 6 CORES POTES DE 15 ML CADA TINTA ATÓXICA E LAVÁVEL	UND	3000	5,25	15.750,00
209	TESOURA AÇO INOX - TAMANHO: 21 CM; LÂMINA AFIADA DE AÇO INOX; CABO PLÁSTICO BICOLOR OU ANATÔMICO	UND	270	9,84	2.656,80
210	TESOURA ESCOLAR DE BOA QUALIDADE - MATERIAL: INOX COM PONTAS ARREDONDADAS TAMANHO: 13 CM CABO PLÁSTICO RESISTENTE ATÓXICA	CX	3000	3,31	9.930,00
211	TESOURA PEQUENA - S/PONTA - TAMANHO: 11-13 CM LÂMINA DE AÇO INOX CABO PLÁSTICO	UND	1000	2,96	2.960,00
212	TINTA GUACHE - ATÓXICA; CX COM 6 UND; CORES SORTIDAS	CX	3000	6,83	20.490,00

**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00018/2026**PROCESSO Nº 048/2026**

213	TINTA GUACHE CX C/6 DE 15ML - 6 CORES; 15 ML POR POTE; ATÓXICA	CX	600	6,91	4.146,00
214	TNT ROLO C/50 METROS – CORES DIVERSAS - LARGURA: 1,40 M OU SUPERIOR COMPRIMENTO: 50 M GRAMATURA: 40 G/M² MÍNIMO CORES VARIADAS	UND	100	105,58	10.558,00
215	TOALHINHA ESCOLAR PARA AS MÃOS - TAMANHO APROXIMADO: 30 x 45 CM MATERIAL: ALGODÃO OU MISTO CORES SORTIDAS	UND	1500	7,07	10.605,00
TOTAL					1.111.195,02

3.1 O objeto desta contratação se enquadra como uma compra comum;

3.2 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogável na forma dos artigos 105 a 111 da Lei Federal 14.133/21.

4.0. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

4.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de aquisição contínua de materiais de expediente, essenciais ao pleno funcionamento das atividades administrativas, operacionais e pedagógicas das diversas Secretarias e órgãos vinculados à Prefeitura Municipal de Gado Bravo/PB.

4.2. Os materiais de expediente são indispensáveis para a execução rotineira dos serviços públicos, incluindo, mas não se limitando, à produção de documentos, organização de arquivos, atendimento ao público, desenvolvimento de atividades escolares, bem como suporte às ações institucionais promovidas pela Administração Pública Municipal.

4.3. Considerando a natureza contínua da demanda e a impossibilidade de se prever com exatidão os quantitativos a serem utilizados ao longo do exercício, opta-se pela adoção do Sistema de Registro de Preços, o qual se mostra mais vantajoso para a Administração, permitindo aquisições parceladas, conforme a necessidade, evitando-se a formação de estoques excessivos e o consequente desperdício de recursos públicos.

4.4. Ademais, a realização do procedimento licitatório visa garantir a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, conforme preconiza a Lei nº 14.133/2021.

4.5. O valor estimado da contratação foi obtido mediante pesquisa de preços realizada no mercado, conforme mapa de cotação constante nos autos do processo, totalizando o montante de R\$ 1.111.195,02 (dois milhões, cento e cinquenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e trinta e cinco centavos), refletindo valores compatíveis com os praticados no mercado.

4.6. O objetivo da contratação é assegurar o fornecimento contínuo e eficiente de materiais de expediente, garantindo a manutenção das atividades administrativas e a qualidade dos serviços prestados à população, contribuindo para o bom desempenho da gestão pública municipal.

Justificativa Extraída do: Documento de Formalização de Demanda

5.0. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

5.1. A solução adotada consiste na contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento parcelado de materiais de expediente, por meio do Sistema de Registro de Preços, visando atender às necessidades das diversas Secretarias e órgãos da Prefeitura Municipal de Gado Bravo/PB.

5.2. O fornecimento será realizado de forma contínua e sob demanda, conforme as necessidades da Administração, mediante emissão de ordem de fornecimento, durante o período de vigência da ata de registro de preços, garantindo maior eficiência no planejamento e na execução das aquisições.

5.3. A solução contempla todo o ciclo de vida dos produtos, compreendendo as etapas de aquisição, transporte, entrega, utilização e descarte final, cabendo à contratada assegurar que os materiais fornecidos atendam aos padrões de qualidade, durabilidade e segurança exigidos, bem como às normas técnicas e ambientais aplicáveis.

5.4. Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, entregues em perfeitas condições, devidamente embalados e protegidos contra danos decorrentes de transporte e armazenamento, sendo vedado o fornecimento de materiais reconicionados, reciclados inadequadamente ou fora das especificações exigidas.

5.5. A especificação dos produtos encontra-se detalhada no Termo de Referência e em seus anexos, especialmente no mapa de cotação de preços, o qual discrimina os itens, unidades de medida, quantitativos estimados e valores médios de mercado, contemplando materiais como papéis, canetas, cadernos, pastas, colas, entre outros indispensáveis ao regular funcionamento da Administração.

5.6. A contratação em lote único visa garantir maior competitividade e padronização dos materiais fornecidos, bem como facilitar a gestão contratual e logística, considerando a diversidade de itens e a necessidade de fornecimento integrado.

5.7. A solução adotada, por meio do Sistema de Registro de Preços, mostra-se a mais adequada, uma vez que permite à Administração adquirir os materiais de forma parcelada, conforme a demanda real, evitando desperdícios, reduzindo custos com armazenamento e assegurando maior economicidade e eficiência na gestão dos recursos públicos.

5.8. Ao final do ciclo de vida dos produtos, a Administração adotará, sempre que possível, práticas sustentáveis de reutilização e descarte adequado dos materiais, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

6.0. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. A contratação deverá observar os requisitos estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, bem como demais normas legais e regulamentares aplicáveis, garantindo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

6.2. A(s) empresa(s) contratada(s) deverá(ão) possuir capacidade técnica e operacional para o fornecimento dos materiais de expediente, assegurando o cumprimento dos prazos, condições e especificações estabelecidas neste Termo de Referência.



SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00018/2026

PROCESSO Nº 048/2026

6.3. Os produtos a serem fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, de boa qualidade, e atender rigorosamente às especificações técnicas constantes neste Termo de Referência e em seus anexos, sendo vedado o fornecimento de itens em desconformidade com as exigências estabelecidas.

6.4. Os materiais deverão possuir padrão de qualidade compatível com as finalidades a que se destinam, devendo, quando aplicável, atender às normas técnicas vigentes, inclusive às normas da ABNT e demais órgãos de regulamentação.

6.5. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte, carga, descarga e entrega dos materiais, arcando com todos os custos decorrentes, devendo os produtos serem entregues em perfeitas condições de uso, sem avarias, devidamente embalados e identificados.

6.6. O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme demanda da Administração, mediante emissão de ordem de fornecimento, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

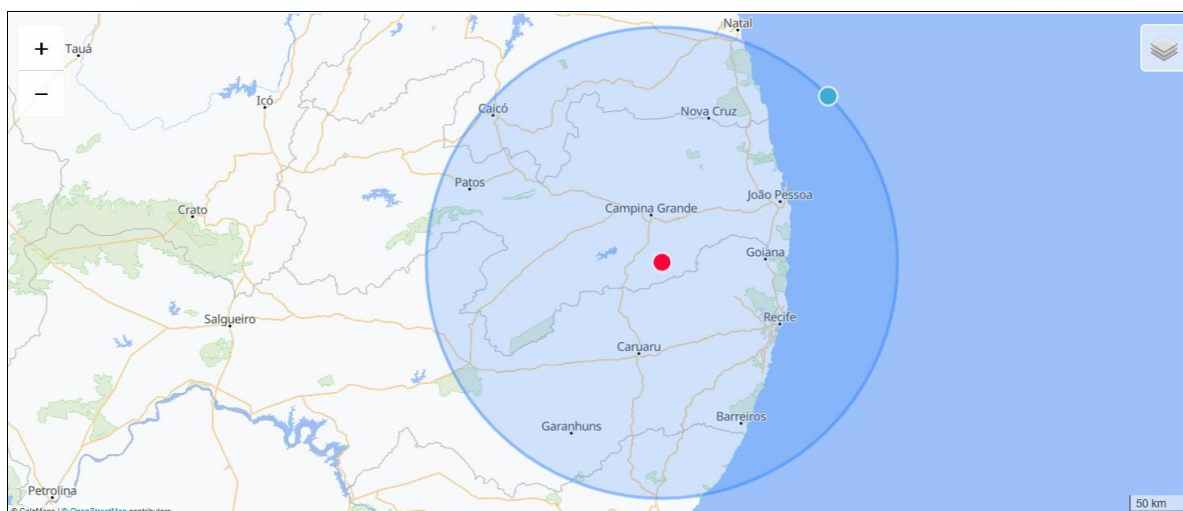
6.7. A contratada deverá garantir a substituição imediata dos produtos que apresentarem defeitos, vícios de qualidade, ou que estejam em desacordo com as especificações exigidas, sem quaisquer ônus adicionais para a Administração.

6.8. A contratada deverá manter, durante toda a execução da contratação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

6.9. Sempre que aplicável, os produtos deverão observar critérios de sustentabilidade, priorizando materiais que causem menor impacto ambiental, bem como possibilitem reutilização ou descarte adequado.

6.10. A contratada deverá cumprir rigorosamente os prazos de entrega estabelecidos pela Administração, sob pena de aplicação das sanções previstas na legislação e no instrumento convocatório.

6.11. A empresa contratada deverá estar a uma limitação geográfica definida em um raio de 200 km, pois estes produtos tratam de entrega de urgência, pois são de uso diário e cotidiano, para atender as necessidades da prefeitura. A seguir está a limitação em figura, juntamente com as cidades abrangidas por esta delimitação. Medida está realizada a partir da sede do município, através do googlo Earth.





GADO BRAVO

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO

*Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria*

PREGÃO ELETRÔNICO 00018/2026

PROCESSO Nº 048/2026

A delimitação da participação de empresas situadas em um raio de até 200 (duzentos) quilômetros do Município de Gado Bravo/PB fundamenta-se em razões de ordem técnica, operacional e econômica, diretamente relacionadas à natureza do objeto licitado, consistente no fornecimento parcelado e contínuo de materiais de expediente.

Considerando que a contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, com entregas frequentes, fracionadas e, por vezes, urgentes, conforme demanda das diversas Secretarias Municipais, faz-se imprescindível que o fornecedor disponha de estrutura logística capaz de assegurar o atendimento célere e eficiente das requisições administrativas.

A limitação geográfica ora estabelecida visa mitigar riscos operacionais relevantes, tais como atrasos nas entregas, descontinuidade no abastecimento, elevação excessiva de custos logísticos, bem como dificuldades na substituição imediata de produtos em desacordo com as especificações, fatores que podem comprometer diretamente a continuidade e a qualidade dos serviços públicos.

Ademais, a medida encontra respaldo nos princípios da eficiência e da economicidade, previstos na Lei nº 14.133/2021, uma vez que fornecedores situados em regiões mais próximas tendem a apresentar maior capacidade de resposta às demandas da Administração, com redução de custos indiretos e maior previsibilidade na execução contratual.

Ressalta-se que a presente delimitação não compromete o caráter competitivo do certame, tendo em vista que foi precedida de pesquisa de mercado, a qual evidenciou a existência de número suficiente de fornecedores aptos à participação dentro do raio estabelecido, garantindo-se, assim, a ampla concorrência e a seleção da proposta mais vantajosa.

Importante destacar que a delimitação geográfica não possui caráter restritivo indevido, mas sim natureza instrumental, voltada exclusivamente ao atendimento do interesse público, sendo adotada de forma excepcional, motivada e proporcional às características do objeto.

Nesse sentido, o entendimento do Tribunal de Contas da União é no sentido de que a Administração Pública pode estabelecer restrições geográficas, desde que devidamente justificadas, quando tais limitações se mostrarem necessárias para assegurar a adequada execução contratual e não comprometerem a competitividade do certame, devendo sempre observar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Dessa forma, a fixação do raio de 200 km mostra-se adequada, necessária e proporcional, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade e supremacia do interesse público, sem prejuízo à competitividade da licitação.

VIGÊNCIA INICIAL DO CONTRATO

O prazo de vigência da contratação é de 12 (Doze) meses contados do(a) a partir da assinatura do contrato;

INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução dos serviços deverá ser iniciada a partir da data de assinatura do contrato.

7.0. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

7.1. O fornecimento dos materiais de expediente será realizado de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de Ordem de Fornecimento expedida pelo setor competente da Prefeitura Municipal de Gado Bravo/PB.

7.2. A contratada deverá realizar a entrega dos materiais no prazo máximo de até 05 (cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento.



SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00018/2026

PROCESSO Nº 048/2026

7.3. As entregas deverão ser realizadas no(s) local(is) indicado(s) pela Administração, no âmbito do Município de Gado Bravo/PB, em dias úteis, no horário de expediente, previamente acordado com o setor responsável.

7.4. Os materiais deverão ser entregues devidamente acondicionados em embalagens adequadas, que garantam a integridade dos produtos durante o transporte e armazenamento, evitando avarias, perdas ou danos.

7.5. Todos os custos relacionados ao fornecimento, incluindo transporte, carga, descarga e demais despesas necessárias à perfeita execução do objeto, correrão por conta exclusiva da contratada.

7.6. Os produtos entregues serão submetidos à verificação pelo setor responsável, que procederá à conferência quanto à quantidade, qualidade e conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta vencedora.

7.7. Caso sejam identificados produtos em desconformidade, defeituosos ou com avarias, a contratada deverá proceder à sua substituição no prazo máximo de até 02 (dois) dias corridos, sem quaisquer ônus adicionais para a Administração.

7.8. A contratada deverá garantir a regularidade no fornecimento, assegurando que os materiais estejam sempre disponíveis para pronta entrega, evitando descontinuidade no atendimento das demandas da Administração.

7.9. O não cumprimento dos prazos e condições estabelecidos poderá ensejar a aplicação das sanções previstas na legislação vigente e no instrumento convocatório.

7.10. A execução do objeto deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas neste Termo de Referência, bem como as disposições da Ata de Registro de Preços e da legislação aplicável.

8.0. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

EXECUÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

FISCALIZAÇÃO

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).



GADO BRAVO

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00018/2026

PROCESSO Nº 048/2026

FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117 §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II).

Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinado prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. IV);

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII)

FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

A execução do objeto contratado será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) ou comissão designada pela Administração Pública, devidamente capacitado(s), conforme previsto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021. Caberá ao fiscal do contrato verificar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, inspecionando a qualidade dos materiais entregues, a conformidade com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência, os prazos de entrega e demais condições estabelecidas no edital e na Ata de Registro de Preços.

A fiscalização será exercida de forma sistemática e contínua, sem prejuízo da plena responsabilidade da contratada quanto ao cumprimento das exigências contratuais e legais. O fiscal poderá, a qualquer tempo, solicitar informações, documentos, relatórios ou proceder a diligências necessárias à verificação da regularidade da execução contratual, comunicando à autoridade competente eventuais irregularidades ou descumprimentos observados.

A atuação da fiscalização administrativa não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, sendo esta integralmente responsável pela perfeita execução do objeto, conforme os termos pactuados. O descumprimento das determinações do fiscal poderá ensejar a aplicação de penalidades previstas no edital, na legislação vigente e no contrato.

GESTOR DO CONTRATO

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV);



GADO BRAVO

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00018/2026

PROCESSO Nº 048/2026

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI)

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

9.0. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

INÍCIO DE OBJETO

A execução do objeto terá início a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços e da emissão da primeira Ordem de Fornecimento, conforme a necessidade da Administração Pública.

A contratada deverá estar apta a iniciar o fornecimento dos materiais imediatamente após o recebimento da Ordem de Fornecimento, observando o prazo máximo de entrega estabelecido neste Termo de Referência.

Considerando a natureza do objeto, não haverá necessidade de mobilização prévia complexa, devendo a contratada dispor de estrutura logística, estoque mínimo e capacidade operacional suficientes para atender prontamente às demandas da Administração.

O início da execução não gera, por si só, obrigação de aquisição total dos quantitativos estimados, tratando-se de contratação sob demanda, conforme previsto no Sistema de Registro de Preços.

10.0 LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

A CONTRATADA deverá apresentar, em até 10 (dez) dias úteis a contar após o quinto dia útil de cada mês, pré-faturamento referente ao mês anterior com detalhes dos abastecimentos, para conferência por parte da CONTRATANTE e posterior aprovação para faturamento.

A Nota Fiscal, deverá ser encaminhada ao setor contábil-financeiro no E-mail: gadobravo.notafiscal@gmail.com, acompanhado das certidões de regularidades fiscais e trabalhistas; O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contado da data do aceite da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, mediante ordem bancária creditada em conta corrente da CONTRATADA.



GADO BRAVO

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00018/2026

PROCESSO Nº 048/2026

O pagamento se dará em moeda nacional corrente através de transferência bancária, Pix e excepcionalmente na modalidade cheque caso a **CONTRATADA** não possua dados bancários; Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável; A nota fiscal que apresentar incorreção será devolvida à contratada para eventual correção. A nota fiscal/fatura emitida deverá estar acompanhada do boletim de medição dos serviços executados.

11.0 FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA.

FORMA DE FORNECIMENTO

O fornecimento do objeto será parcelado.

A seleção se dará na modalidade de disputa: **ABERTA**;

Em relação ao regime de execução pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

12.0. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

VALOR: R\$ 1.111.195,02

O impacto orçamentário estimativo preliminar previsto para a contratação é de **R\$ 1.111.195,02**, com base no projeto básico e planilhas orçamentárias apresentada pela Secretaria de Administração, pormenorizada em tabela demonstrativa de preços unitários e totais.

13.0. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. Recursos não Vinculados de Impostos: **02.002-GABINETE DO PREFEITO – 02002.04.122.2001.2002 – MANTER AS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO – 02.003-SECRETARIA DE ADMINISTRACAO – 02003.04.122.2001.2003 – COORDENAR E MANTER AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS – 02.004-SECRETARIA DE FINANÇAS – 02004.04.123.2001.2005 – MANTER AS ATIVIDADES FINANCEIRAS – 02.006 – SECRETARIA DE EDUCACAO – 02006.12.361.1005.2010 – MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL – MDE – 02.007-SECRETARIA DE AGRICULTURA – 02007.20.122.1007.2017 – MANTER AS ATIVIDADES DO SETOR AGRÍCOLA – 02.010-SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA – 02010.15.122.1003.2020 – MANTER AS ATIVIDADES DE INFRAESTRUTURA – 05.005 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE – 05005.10.301.1004.2022 – MANTER AS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – 05005.10.304.1004.2032 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE – 08.008-FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL – 08008.08.244.1008.1026 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A ASSISTÊNCIA SOCIAL – 08008.08.244.1008.2033 – MANTER AS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊ – 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO.**

14.0. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

14.1. Efetuar o registro de preços e gerenciar a Ata de Registro de Preços, observando as condições estabelecidas neste Termo de Referência e na legislação vigente.



GADO BRAVO

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO

*Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria*

PREGÃO ELETRÔNICO 00018/2026

PROCESSO Nº 048/2026

- 14.2. Emitir as Ordens de Fornecimento, conforme a necessidade da Administração, respeitando os quantitativos registrados e a vigência da Ata.
- 14.3. Receber os materiais fornecidos, por meio de servidor ou comissão designada, realizando a conferência quanto à quantidade, qualidade e conformidade com as especificações estabelecidas.
- 14.4. Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, determinando sua substituição.
- 14.5. Comunicar formalmente à contratada quaisquer irregularidades verificadas no fornecimento, para que sejam adotadas as providências cabíveis.
- 14.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, por meio de servidor designado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução.
- 14.7. Efetuar o pagamento à contratada no prazo e nas condições estabelecidas no instrumento convocatório, após o recebimento definitivo dos materiais e a apresentação da documentação fiscal devidamente atestada.
- 14.8. Proporcionar todas as condições necessárias para que a contratada possa cumprir suas obrigações, dentro das normas e condições estabelecidas.
- 14.9. Aplicar as sanções administrativas cabíveis, quando verificado o descumprimento de obrigações por parte da contratada, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 14.10. Notificar a contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, fixando prazo para sua correção.

15.0. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 15.1. Fornecer os materiais de expediente de forma parcelada, conforme as Ordens de Fornecimento emitidas pela Administração, observando rigorosamente as especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta apresentada.
- 15.2. Cumprir o prazo de entrega de até 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, garantindo a pontualidade e regularidade no atendimento das demandas.
- 15.3. Entregar os produtos em perfeitas condições de uso, novos, de primeiro uso, devidamente embalados, livres de defeitos, avarias ou vícios, responsabilizando-se pela qualidade dos materiais fornecidos.
- 15.4. Responsabilizar-se integralmente pelo transporte, carga, descarga e entrega dos materiais, arcando com todos os custos decorrentes, sem quaisquer ônus adicionais para a Administração.
- 15.5. Substituir, no prazo máximo de até 02 (dois) dias corridos, os materiais que apresentarem defeitos, avarias ou que estejam em desacordo com as especificações exigidas, sem custo adicional.
- 15.6. Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.
- 15.7. Atender prontamente às solicitações da Administração, garantindo a continuidade do fornecimento e evitando desabastecimento dos setores municipais.
- 15.8. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do objeto.
- 15.9. Comunicar à Administração, por escrito, qualquer anormalidade que possa comprometer o cumprimento das obrigações assumidas, prestando os esclarecimentos necessários.
- 15.10. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, as obrigações assumidas, sem prévia e expressa autorização da Administração.
- 15.11. Cumprir rigorosamente todas as disposições legais, regulamentares e contratuais aplicáveis à execução do objeto, especialmente as previstas na Lei nº 14.133/2021.
- 15.12. Responsabilizar-se pelo cumprimento das normas ambientais, trabalhistas, fiscais e de segurança aplicáveis, bem como por eventuais encargos decorrentes da execução do objeto.



GADO BRAVO

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00018/2026

PROCESSO Nº 048/2026

16.0. DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

17.0. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

17.1. Não haverá exigência da garantia da contratação, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

18.0 DO REAJUSTE

18.1. Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano.

18.2. Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

18.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

18.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

18.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18.8. O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

18.9. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

19.0 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. As sanções administrativas serão executadas conforme os termos da Lei Federal nº 14.133/21 e posteriores atualizações, e conforme minuta de contrato desta municipalidade.

19.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto, a Administração pública, garantida a prévia defesa, aplicará a fornecedora as seguintes sanções previstas no Contrato fundamentadas nos Arts. 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, que trata respectivamente sobre a responsabilização administrativa das infrações e sobre as sanções que serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas:

Art. 155. - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;



GADO BRAVO

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO

*Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria*

PREGÃO ELETRÔNICO 00018/2026

PROCESSO Nº 048/2026

II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Dar causa à inexecução total do contrato;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.546, de 1º de agosto de 2013.

Art. 156. - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Impedimento de licitar e contratar;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - A natureza e a gravidade da infração cometida;

II - As peculiaridades do caso concreto;

III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do **caput** deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do **caput** do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do **caput** deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

§ 4º A sanção prevista no inciso III do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X,



GADO BRAVO

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO

*Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria*

PREGÃO ELETRÔNICO 00018/2026

PROCESSO Nº 048/2026

XI e XII do **caput** do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do **caput** deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - Quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - Quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do **caput** deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput** deste artigo.

§ 5º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 6º A aplicação das sanções previstas no **caput** deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

19.4. Quanto às obrigações de entrega e solução de quaisquer problemas com os itens adquiridos:

a) atraso até 2 (dois) dias, multa de 0,5% (zero virgula cinco por cento);

b) a partir do 3º (terceiro) até o limite do 5º (quinto) dia, multa de 1% (um por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6º (sexto) dia de atraso.

19.5. A multa, eventualmente imposta à adjudicatária, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

19.6. Sem prejuízos do direito à rescisão do Contrato e às perdas e danos, ficando garantida a prévia defesa da **CONTRATADA**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a **CONTRATANTE** tem a obrigatoriedade de informar a **CONTRATADA** sobre as sanções aplicadas, e a mesma tem o prazo de **10 (dez) dias úteis**, contados da data da comunicação do ato, pela autoridade competente para efetuar o pagamento da multa.

19.7. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial da multa;

19.8. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração;



GADO BRAVO

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO

*Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria*

PREGÃO ELETRÔNICO 00018/2026

PROCESSO N° 048/2026

20.0. DOS RESPONSÁVEIS

ÁREA REQUISITANTE	RESPONSÁVEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	WALESKA KETULY GOMES SOARES

Gado Bravo – PB, 29 de Abril de 2026

ASSINADO NO ORIGINAL

WALESKA KETULY GOMES SOARES
Secretária Municipal de Administração

GADO BRAVO

**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00018/2026**PROCESSO Nº 048/2026**

ANEXO 01 AO TERMO DE REFERÊNCIA - PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00018/2026

PROPOSTA

REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00018/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GADO BRAVO - PB.

OBJETO: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA ATENDER A DEMANDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GADO BRAVO.

PROPONENTE:

CNPJ:

Prezados Senhores,

Nos termos da licitação em epígrafe, apresentamos proposta conforme abaixo:

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	AGENDA PERMANENTE - FORMATO A5 OU SIMILAR; CAPA DURA; MIOLO OFFSET 63 G/M² OU SUPERIOR; MÍNIMO 100 FOLHAS.	UND	300		
2	ALFINETE BROCHE - ALFINETE BROCHE 000 18MM CX C/100	CX	60		
3	ALFINETE PARA MAPA - ALFINETE COLORIDO CX C/50	CX	60		
E etc...					

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA - R\$

PRAZO DE ENTREGA:

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

VALIDADE DESTA PROPOSTA:

Dados bancários do proponente para fins de pagamento:

Banco:

Conta:

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA

Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a proposta deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.



GADO BRAVO

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO

*Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria*

PREGÃO ELETRÔNICO 00018/2026

PROCESSO Nº 048/2026

ANEXO II - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00018/2026

MODELO DE DECLARAÇÃO - de não empregar menor

REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00018/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GADO BRAVO - PB.

PROPONENTE

CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO de não empregar menor.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, podendo existir menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz na forma da legislação vigente; em acatamento às disposições do Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA

Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.

GADO BRAVO



GADO BRAVO

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO

*Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria*

PREGÃO ELETRÔNICO 00018/2026

PROCESSO Nº 048/2026

ANEXO III - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00018/2026

MODELO DE DECLARAÇÃO - que a proposta compreende a integralidade dos custos

REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00018/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GADO BRAVO - PB.

PROPONENTE

CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA

Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.

**GADO BRAVO**

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00018/2026**PROCESSO Nº 048/2026****ANEXO IV - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00018/2026****MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:/2026**

Aos dias do mês de de, na sede do Setor de Contratação da Prefeitura Municipal de Gado Bravo, Estado da Paraíba, localizada na José Mariano Barbosa - Centro - Gado Bravo - PB, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.462, de 31 de Março de 2023; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e, ainda, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 00018/2026 que objetiva o registro de preços para: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA ATENDER A DEMANDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GADO BRAVO; resolve registrar o preço nos seguintes termos:

Órgão e/ou entidade integrante da presente Ata de Registro de Preços: PREFEITURA MUNICIPAL DE GADO BRAVO - CNPJ nº 01.612.651/0001-03.

VENCEDOR:

CNPJ:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P.TOTAL
TOTAL						

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS:

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso, e podendo ainda ser prorrogada seus quantitativos de acordo com base nos Arts. 84 e 104, da Lei 14.133/2021, Parecer nº 00075/2024/DECOR/CGU/AGU, TCE-PE – Acórdão 2.259/2025, TCE-SC – Decisão 913/2025 (consulta), TCU – Acórdão 1374/2024, PGE / Parecer Referencial (Amapá).

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

A cada efetivação da contratação do objeto registrado decorrente desta Ata, devidamente formalizada através do correspondente Contrato, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de licitação que a precedeu, relativamente ao Pregão Eletrônico nº 00018/2026, parte integrante deste instrumento de compromisso. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência poderá ser utilizada:



SETOR DE CONTRATAÇÃO

*Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria*

PREGÃO ELETRÔNICO 00018/2026

PROCESSO Nº 048/2026

Pela Prefeitura Municipal de Gado Bravo, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle desta Ata, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.

O usuário da ata, sempre que desejar efetivar a contratação do objeto registrado, fará através de solicitação ao gerenciador do sistema de registro de preços, mediante processo regular.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA CONTRATAÇÃO:

As obrigações decorrentes da execução do objeto deste certame, constantes da Ata de Registro de Preços, serão firmadas com o fornecedor registrado, observadas as condições estabelecidas no presente instrumento e a contratação será formalizada por intermédio do Contrato.

O prazo para assinatura do Contrato, será de 05 (cinco) dias consecutivos, considerados da data da convocação.

O quantitativo do objeto a ser executado será exclusivamente o fixado no correspondente Contrato e observará, obrigatoriamente, o valor registrado na respectiva Ata.

Não atendendo à convocação para assinar o Contrato, e ocorrendo essa dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o licitante perderá todos os direitos que porventura tenha obtido como vencedor da licitação.

É permitido ao Órgão Realizador do Certame, no caso do licitante vencedor não comparecer para assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação e sucessivamente, para fazê-lo em igual prazo do licitante vencedor, aplicadas aos faltosos as penalidades cabíveis.

O Contrato decorrente do presente certame, deverá ser assinado no prazo de validade da respectiva Ata de Registro de Preços; e aquele que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136; e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

O Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que



GADO BRAVO

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO

*Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria*

PREGÃO ELETRÔNICO 00018/2026

PROCESSO Nº 048/2026

o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico nº 00018/2026 e seus anexos, e as seguintes propostas vencedoras do referido certame:

-

Item(s):

Valor: R\$

-

Item(s):

Valor: R\$

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO:

Para dirimir as questões decorrentes da utilização da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Umbuzeiro.

...

...

...

...

GADO BRAVO



GADO BRAVO

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00018/2026

PROCESSO Nº 048/2026

ANEXO V - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00018/2026

MINUTA DO CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00018/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 048/2026

CONTRATO Nº:-SDC

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE GADO BRAVO E, PARA FORNECIMENTO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado Prefeitura Municipal de Gado Bravo - José Mariano Barbosa, SN - Centro - Gado Bravo - PB, CNPJ nº 01.612.651/0001-03, neste ato representada pelo Prefeito Marcelo Paulino da Silva, Brasileiro, Solteiro, Empresário, residente e domiciliado na Rua José Mariano Barbosa, 601 - Centro - Gado Bravo - PB, CPF nº 061.262.814-03, Carteira de Identidade nº 3.135.341 SSP/PB, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado - - - - ..., CNPJ nº, neste ato representado por residente e domiciliado na, - - - - ..., CPF nº, Carteira de Identidade nº, doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:

Este contrato decorre da licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 00018/2026, processada nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 11.462, de 31 de Março de 2023; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas, às quais os contratantes estão sujeitos como também às cláusulas deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:

O presente contrato, cuja lavratura foi autorizada ..., tem por objeto: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA ATENDER A DEMANDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GADO BRAVO.

O fornecimento deverá ser executado rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas correspondentes, processo de licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 00018/2026 e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição; e será realizado na forma parcelada.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:

O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R\$... (...).

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE:

Os preços contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano.



GADO BRAVO

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO

*Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria*

PREGÃO ELETRÔNICO 00018/2026

PROCESSO Nº 048/2026

Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:

As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:

Próprios do Município de Gado Bravo: **02.002-GABINETE DO PREFEITO – 02002.04.122.2001.2002 – MANTER AS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO – 02.003-SECRETARIA DE ADMINISTRACAO – 02003.04.122.2001.2003 – COORDENAR E MANTER AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS – 02.004-SECRETARIA DE FINANÇAS – 02004.04.123.2001.2005 – MANTER AS ATIVIDADES FINANCEIRAS – 02.006 – SECRETARIA DE EDUCACAO – 02006.12.361.1005.2010 – MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL – MDE – 02.007-SECRETARIA DE AGRICULTURA – 02007.20.122.1007.2017 – MANTER AS ATIVIDADES DO SETOR AGRÍCOLA – 02.010-SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA – 02010.15.122.1003.2020 – MANTER AS ATIVIDADES DE INFRAESTRUTURA – 05.005 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE – 05005.10.301.1004.2022 – MANTER AS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – 05005.10.304.1004.2032 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE – 08.008-FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL – 08008.08.244.1008.1026 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A ASSISTÊNCIA SOCIAL – 08008.08.244.1008.2033 – MANTER AS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊ – 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO.**

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA:

O prazo máximo de entrega do objeto ora contratado, que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da emissão do Pedido de Compra:

a - Entrega: 05 (cinco) dias.

A vigência do presente contrato será determinada: 12 (doze) meses, considerada da data de sua assinatura; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.



SETOR DE CONTRATAÇÃO

*Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria*

PREGÃO ELETRÔNICO 00018/2026

PROCESSO Nº 048/2026

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- a - Efetuar o pagamento relativo ao fornecimento efetivamente realizado, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;
- b - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para o fiel fornecimento contratado;
- c - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade de produto fornecido, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;
- d - Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, conforme requisitos estabelecidos na norma vigente, ou pelos respectivos substitutos, especialmente para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização e acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio da fiscalização com informações pertinentes a essa atribuição;
- e - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

- a - Executar devidamente o fornecimento descrito na cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;
- b - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;
- c - Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;
- d - Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;
- e - Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- f - Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;
- g - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;
- h - Cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, ao longo de toda a execução do contrato, e sempre que solicitado pelo Contratante, deverá comprovar o cumprimento dessa reserva de cargos, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas;
- i - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO:

Este contrato poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial



SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00018/2026

PROCESSO Nº 048/2026

atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO:

Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES:

O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA:

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:

a - As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.



SETOR DE CONTRATAÇÃO

Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria

PREGÃO ELETRÔNICO 00018/2026

PROCESSO Nº 048/2026

- b - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.
- c - É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.
- d - Constitui atribuição do Contratado orientar e treinar seus empregados, quando for o caso, sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- e - O Contratante deverá ser informado, no prazo de cinco dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- f - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- g - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- h - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável mediante justificativa, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- i - Terminado o tratamento dos dados nos termos do Art. 15, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do Art. 16, ambos da Lei 13.709/18, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- j - Os bancos de dados formados a partir da execução do objeto deste contrato, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, conforme Art. 37, da Lei 13.709/18, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo Contratante nas hipóteses previstas na LGPD.
- k - O presente contrato está sujeito a alterações nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO:

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Umbuzeiro.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02(duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Gado Bravo - PB, ... de de

TESTEMUNHAS

PELO CONTRATANTE

.....

PELO CONTRATADO

.....



GADO BRAVO

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO

*Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria*

PREGÃO ELETRÔNICO 00018/2026

PROCESSO Nº 048/2026

ANEXO VI - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00018/2026

MODELOS DE DECLARAÇÕES - cumprimento de requisitos normativos

REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00018/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GADO BRAVO - PB.

PROPONENTE

CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO de ciência dos termos do Edital.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos.

2.0 - DECLARAÇÃO de inexistir fato impeditivo.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que inexistente até a presente data fato impeditivo no que diz respeito à habilitação/participação na presente licitação, estando ciente da obrigatoriedade de informar ocorrências posteriores.

3.0 - DECLARAÇÃO de não possuir no quadro societário servidor da ativa do órgão.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro societário e de funcionários, qualquer servidor efetivo ou comissionado ou empregado da Prefeitura Municipal de Gado Bravo, como também em nenhum outro órgão ou entidade a ela vinculada, exercendo funções técnicas, gerenciais, comerciais, administrativas ou societárias.

4.0 - DECLARAÇÃO de não utilizar trabalho degradante ou forçado.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que não possui em sua cadeia produtiva, nos termos do Art. 1º, Incisos III e IV, e do Art. 5º, Inciso III, da Constituição Federal, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

5.0 - DECLARAÇÃO de cumprimento da reserva de cargo para deficiente e de acessibilidade.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que está ciente do cumprimento da reserva de cargo prevista na norma vigente, consoante Art. 93, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionário da empresa, atende às regras de acessibilidade previstas.

6.0 - DECLARAÇÃO de observância do limite de contratação com a Administração Pública.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que, na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, no presente ano-calendário, ainda não celebrou contratos com a



GADO BRAVO

PREFEITURA MUNICIPAL

SETOR DE CONTRATAÇÃO

*Agente de Contratação e Pregoeiro e os Membros de Apoio
designados pela Portaria*

PREGÃO ELETRÔNICO 00018/2026

PROCESSO N° 048/2026

Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP, nos termos do Art. 4º, §§ 2º e 3º, da Lei 14.133/21.

Local e Data.

NOME/ASSINATURA/CARGO
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.

GADO BRAVO